

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E BIOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DE DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NAS MANIFESTAÇÕES
OCORRIDAS EM JUNHO DE 2013 NA GRANDE VITÓRIA/ES**

RODOLFO NASCIMENTO DA SILVA

VILA VELHA
MARCO/2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E BIOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DE DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NAS MANIFESTAÇÕES
OCORRIDAS EM JUNHO DE 2013 NA GRANDE VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

RODOLFO NASCIMENTO DA SILVA

VILA VELHA
MARCO/2016

S586m Silva, Rodolfo Nascimento da.

Movimentos sociais e biopolítica: uma análise das estratégias de docilização dos corpos nas manifestações populares ocorridas em junho de 2013 na grande Vitória/ES / Rodolfo Nascimento da Silva – 2016.

101 f.. il.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa.

Co-orientador: Danilo Roberto P. Santiago.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) -

Universidade Vila Velha, 2016.

Inclui bibliografias.

1 Segurança Pública. 2. Políticas Públicas. 3. Movimentos sociais – Vitória-ES. I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Santiago, Danilo Roberto Pereira. III. Universidade Vila Velha. IV Título.

CDD 363.3

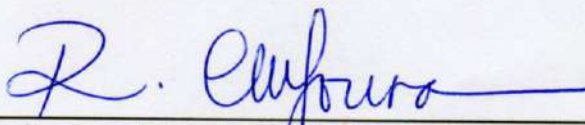
RODOLFO NASCIMENTO DA SILVA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E BIOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DE DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NAS
MANIFESTAÇÕES OCORRIDAS EM JUNHO DE 2013 NA
GRANDE VITÓRIA/ES**

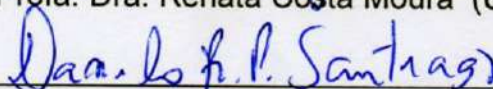
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 08 de março de 2016.

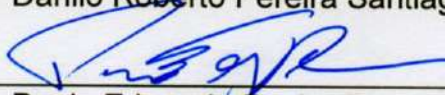
Banca Examinadora:



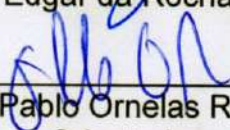
Profa. Dra. Renata Costa Moura (UFES)



Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago (UVV)



Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende (UVV)



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)
Orientador

Dedico o presente estudo à minha mãe;
Iracema Ramos do Nascimento,
à minha namorada, Karina de Mesquita Calmon e
aos meus irmãos Paulo Jr e Stéfane.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me guiou e sustentou durante todo o processo, à minha mãe por me compreender e estar sempre ao meu lado, aos amigos da UVV por toda ajuda e principalmente ao meu orientador que foi superimportante para a realização dessa etapa por ser dedicado, paciente e motivador.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE QUADROS	vx
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. <i>Justificativa do tema</i>	14
1.2. <i>Problemática</i>	15
1.3. <i>Objetivos</i>	16
1.3.1. Objetivo geral	16
1.3.2. Objetivos específicos	17
1.4. <i>Proposta metodológica</i>	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 <i>O poder na ótica foucaultiana: muito além do conceito de repressão</i>	19
2.2 <i>Genealogia dos movimentos sociais</i>	33
2.3 <i>Estratégias de docilização por meio da repressão e captura</i>	41
2.4 <i>Mídias independentes</i>	52
2.5 <i>Reação ao capitalismo: as táticas Black Bloc</i>	58
2.6 <i>Especificidades dos movimentos sociais no Brasil</i>	60
2.7 <i>Os movimentos sociais no contexto do Espírito Santo</i>	65
3. METODOLOGIA	74
3.1 <i>Modalidades e técnicas da pesquisa</i>	75
3.2 <i>Ambientes e sujeitos da pesquisa</i>	77
3.3 <i>Procedimentos de coleta e apresentação de dados</i>	77
3.4 <i>Análise e discussões dos dados</i>	88
3.4.1 Aspectos relacionados ao perfil da população	89
3.4.2 Aspectos da visão do Estado	90
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Esquema demonstrando as possíveis consequências do poder quando entendido sob a ótica da dominação.....	25
Figura 2. Relações contextuais entre a trindade: poder, direito e verdade, propostas por Foucault.....	26
Figura 3. Meio de comunicação.....	57
Figura 4. Democracia como forma de governo.....	61
Figura 5. Satisfação com a democracia.....	62
Figura 6. Manifestante em caminhada rumo à manifestação em Vitória/ES, ciente de seus direitos de protestar.....	67
Figura 7. Durante manifestação social, movimento ganha adeptos do Black Blocs, conforme caracterização de jovem e escrita afixada em placa da região.....	68
Figura 8. Depredações de bens públicos e privados.....	68
Figura 9. Atuação da polícia para conter as manifestações.....	69
Figura 10. Maior manifestação de todos os tempos em Vitória. Manifestantes cercaram a terceira ponte realizando travessia a pé rumo à Assembleia Legislativa do Estado, localizada em Vitória.....	70
Figura 11. Manifestante realiza pichação em muro demonstrando uma das reivindicações do movimento estudantil.....	71
Figura 12. Ação policial pacificando as ações dos manifestantes.....	72
Figura 13. Policiais formam bloqueio haja vista proteger instituição pública e disciplinar os manifestantes.....	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. LISTA DE REIVINDICAÇÕES NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	66
QUADRO 2. LOCALIZAÇÃO DO PODER NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	78
QUADRO 3. POSICIONAMENTO A RESPEITO DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	78
QUADRO 4. CARÁTER PACÍFICO DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	79
QUADRO 5. AÇÃO DOS POLICIAIS E SEUS PROTOCOLOS.....	79
QUADRO 6. AÇÃO DOS POLICIAIS ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS.....	80
QUADRO 7. EXCESSOS E DIREITOS HUMANOS.....	81
QUADRO 8. MÍDIA CORPORATIVA E OPINIÃO PÚBLICA	81
QUADRO 9. BLACK BLOCS SÃO CONSIDERADOS INFRATORES.....	82
QUADRO 10. BLACK BLOCS NA VISÃO DO ESTADO.....	83
QUADRO 11. MOVIMENTOS SOCIAIS NA VISÃO DO ESTADO.....	83
QUADRO 12. POLÍTICA NA VISÃO DO ESTADO.....	84
QUADRO 13. SEGURANÇA PÚBLICA NA VISÃO DO ESTADO.....	85
QUADRO 14. MOVIMENTOS SOCIAIS NA VISÃO DO ESTADO.....	85
QUADRO 15. CRIME NA VISÃO DO ESTADO.....	86
QUADRO 16. MANIFESTAÇÕES COMO MOVIMENTOS POLITIZADOS.....	86
QUADRO 17. O PAPEL DAS MANIFESTAÇÕES PARA MOTIVAR MUDANÇA POLÍTICA.....	87
QUADRO 18. QUAL A MANEIRA EFICAZ DE MANIFESTAÇÃO.....	87

RESUMO

SILVA, Rodolfo Nascimento, Universidade Vila Velha – ES março de 2016.
Movimentos Sociais e Biopolítica: Uma análise das estratégias de docilização dos corpos nas manifestações ocorridas em junho de 2013 na Grande Vitória/ES. Orientador: Dr. Pablo Ornelas Rosa.

As manifestações de junho de 2013 em Vitória no Espírito Santo e no Brasil foram marcadas por atos de violência tanto dos policiais quanto da população. O presente estudo buscou compreender seus propósitos e como as relações de poder envolvidas nesses movimentos sociais são exercidas, procurando observar esses fenômenos com intuito da redução das violências. Empregando um levantamento biográfico consolidado por Michel Foucault e autores que realizaram considerações importantes sobre poder e movimentos sociais, tentou-se caracterizá-los em seus diversos aspectos. Desde sua genealogia até os dias atuais, valendo-se de pesquisas de campo para compreender os discursos e como operam os atores envolvidos nesse cenário, conferindo imparcialidade de juízo de valores de ambos os lados. Identificase no discurso por parte do Estado que o poder disciplinar transcorre de uma razão governamental, que operada por normas e saberes instituídos, a fim de controlar as condutas individuais por meio de práticas de vigilância, repressão e captura. Assim operando no campo da subjetividade; e através dessa razão de Estado pretende administrar a vida, a conduta e os corpos dos cidadãos mantendo-os dóceis. Por outro lado, evidenciou-se os diversos discursos dos manifestantes, tanto as propostas com um caráter mais neoliberal quanto propostas fundamentadas na defesa dos direitos sociais, políticos e civis, assim como grupos que visavam questionar o modelo de participação democrático, representativo e republicano. Como metodologia de pesquisa foram utilizadas pesquisa hemerográfica¹ e bibliográfica; acompanhada de estudo aplicado em campo, com entrevista semiestruturada ao Subsecretário de Integração Institucional da Segurança Pública do Espírito Santo, responsável pelo gerenciamento das ações de Estado empregadas nas manifestações. A partir dessa compreensão se é capaz de enxergar os Movimentos Sociais de uma maneira mais abrangente, percebendo como os discursos remetem a docilização e governo dos corpos.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Docilização, Poder disciplinar, Governamentalidade.

¹ De modo geral, diz respeito à análise de fontes de informação, cujo suporte material se constitui de textos impressos, ou publicados por outros meios (como os virtuais), em forma de periódicos (jornais, revistas e outros) e que são utilizadas como fonte na pesquisa histórica (SAMPAIO, 2014).

ABSTRACT

SILVA, Rodolfo Nascimento, Universidade Vila Velha – ES March 2016. **Social movements and Biopolitics: an analysis of the strategies of docilizations of the bodies in the demonstrations that occurred in June 2013 in greater Vitória/ES.** Advisor: Dr. Pablo Ornelas Rosa.

The June 2013 events in Vitória, Espírito Santo, Brazil were marked by acts of violence of both the police and the population. This study sought to understand its purpose and how power relations involved in these social movements are exercised, trying to observe these phenomena with the aim of reducing violence. Employing a consolidated biographical by Michel Foucault and authors who made important considerations about power and social movements, tried to characterize them in its various aspects. Since its genealogy to the present day, taking advantage of field research to understand the speeches and how to operate the actors involved in this scenario, providing impartial judgment on both sides of values. It is identified in the speech by the state that the disciplinary power which came from a governmental reason that operated by established norms and knowledge in order to control individual behavior through surveillance practices, repression and capture. Thus operating in the field of subjectivity; and through that reason of state intends to administer life, conduct, and the bodies of the citizens by keeping them docile. On the other hand it showed up the various speeches of the protesters, both proposals with a more neoliberal proposals as justified in the defense of social rights, civil and political, as well as groups that sought to question the model of democratic participation, representative and republican. As research methodology were used hemerographics and literature; accompanied by study applied in the field, with semi structured interviews Institutional Integration Undersecretary of Public Security of the Holy Spirit, responsible for managing the State's actions employed in the demonstrations. From this understanding one is able to see the social movements in a more comprehensive way, realizing how discourses refer to docilization and government bodies.

Keywords: Social Movements. Docilization. Disciplinary Power. Governmentality.

1. INTRODUÇÃO

Nos meses de junho e julho de 2013 ocorreram, simultaneamente, manifestações populares em várias cidades brasileiras, as quais tiveram espaço relevante na mídia e que levaram grande parte da sociedade a refletir sobre quais rumos o país deveria seguir. Nesse espectro, criou-se uma expectativa sobre o que poderia ocorrer do ponto de vista da adoção de políticas públicas. Evidencia-se nos distintos discursos dos manifestantes tanto as propostas políticas com um caráter mais neoliberal quanto propostas fundamentadas no *Welfare State*² e na defesa dos direitos sociais, políticos e civis, assim como também de grupos que visavam questionar o modelo de participação amparado exclusivamente no sufrágio universal e demais aspectos ligados à democracia liberal presidencialista, representativa e republicana.

Esses acontecimentos representaram o motivo maior e a necessidade de realizar uma investigação mais aprofundada com base nos estudos de distintos pensadores sociais e, em especial, Michel Foucault, que tratava de quaisquer tipos de relações sociais como relações de poder. Sendo assim, essa temática acabou inspirando um estudo no campo da Segurança Pública por lidar diretamente com as relações de poder envolvidas nas manifestações de descontentamento com as políticas empregadas até o ano de 2013, com a forma de repressão utilizada pelos representantes do Estado, e seus mais variados significados.

Desde o século XVIII e mais evidenciado no século XIX, Foucault percebeu que as normas e o poder disciplinar passaram a serem exercidos através dessa razão de Estado somada a uma razão governamental, concentrada na figura do Estado que pretendia administrar a vida, a conduta e os corpos dos cidadãos. A essa tendência, Foucault denominou de biopoder e sob uma forma mais especializada, em seguida, de biopolítica.

Foucault percebeu que, a partir do momento em que passou a se constituir a vida como elemento político fundamental, na qual tem de ser administrado, normatizado, gerido, calculado e regrado pelas políticas estatais, o que se observa não é uma redução da violência, mas sua manutenção. O autor verificou esse fato ao

² Movimento originado na Europa, em virtude dos reflexos trazidos pela Revolução Industrial, norteados no modelo capitalista de produção, o qual defende a constituição de um Estado Nacional baseado na democracia. Trata-se de um movimento revolucionário no sistema controlador da nação, defendendo uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade (DRAIBE, 1988).

constatar o racismo de Estado, uma vez que todo o cuidado com a vida de uns remete, de maneira necessária, a exigências sucessivas e crescentes da morte em massa de outros, pois apenas com a pragmática violência “purificadora” que se podem garantir os melhores meios de sobrevivência a uma dada população.

Portanto, existe total congruência entre o poder de gerenciar e incrementar a vida, e o poder de extermínio de uns para garantir as melhores condições vitais possíveis a outros. Pois, toda biopolítica é, também, intrinsecamente, uma tanatopolítica, cálculo do poder sobre a morte³. No momento em que o dever do soberano foi o de “fazer viver”, isto é, o de estimular calculadamente o desenvolver-se da vida, as guerras se tornaram mais sangrentas e os genocídios multiplicaram-se.

Sendo assim, esta dissertação visa compreender à seguinte problemática enfrentadas nos dias atuais: de que forma as relações de poder se revelam nos discursos e nas ações de manifestantes e policiais, analisando-as com a intenção de colaborar com a avaliação de possíveis estratégias que visem reduzir as violências policiais e dos manifestantes, nos espaços urbanos sob o contexto de manifestação político-social.

Atreladamente ao problema se confirma o objetivo de identificar à visão do Estado na ação policial de docilização, contenção e controle dos manifestantes nos movimentos sociais ocorridos em junho de 2013 em contraponto aos atos da população. Através de estudos mais aprofundados de teorias sociais clássicas e contemporâneas, de importantes autores como: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Alain Touraine, Loïc Wacquant, Maria da Gloria Gohn e fundamentadas principalmente nas noções de relação de poder de Michel Foucault.

O estudo é relevante devido ao seu ineditismo, atualidade dos fatos e restrito conteúdo acadêmico; e tem a necessidade de sugerir um novo pensar a respeito dos movimentos sociais e as relações de forças envolvidas. Como metodologia de pesquisa foram utilizadas como modalidades a pesquisa hemerográfica⁴ e bibliográfica em um primeiro momento, acompanhada de estudo aplicado em campo, com entrevista semiestruturada ao Subsecretario de Integração Institucional da Segurança Pública do Espírito Santo, responsável pelo gerenciamento das ações de Estado empregadas nas manifestações. E com utilização de pesquisa de campo

³ O termo tanatopolítica, grosso modo, refere-se a todas as apropriações políticas da morte. Esse termo foi criado pelo sueco Rudolf Kjellén e utilizado por Foucault ao criar a Teoria da Disciplinarização (FOUCAULT, 2008).

⁴ De modo geral, diz respeito à análise de fontes de informação, cujo suporte material se constitui de textos impressos, ou publicados por outros meios (como os virtuais), em forma de periódicos (jornais, revistas e outros) e que são utilizadas como fonte na pesquisa histórica (SAMPAIO, 2014).

realizada pela Universidade Vila Velha através dos cursos de Graduação em Marketing e Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política corroborando na busca de um perfil dos manifestantes.

A pesquisa hemerográfica procurou coletar dados, conceitos e as ‘vozes’ dos manifestantes e do Estado através do que foi publicado em revistas e jornais relevantes à questão. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da consulta a livros de sociologia, filosofia e segurança pública que retratam a temática em apreço. Também utilizou-se de artigos científicos publicados em bases revistas renomadas da área, bem como a artigos indexados nas bases de dados do Portal Scielo e no Google Acadêmico.

A presente dissertação foi dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução da pesquisa, contendo justificativa e relevância do tema, problema de estudo, objetivos e proposta metodológica. No segundo capítulo teve-se à apresentação do referencial teórico, descrevendo questões teóricas sobre: o poder na ótica foucaultiana, genealogia dos movimentos sociais, estratégias de docilização, mídias independentes, *Black Blocs* e os movimentos sociais capixabas. No terceiro capítulo destaca-se a metodologia, apresentando as modalidades de pesquisa. Logo após essa apresentação preliminar, parte-se para a análise dos dados coletados e discussões, tendo como comparação, as opiniões de teóricos que desenvolveram estudos semelhantes sobre a temática. No quarto capítulo apresentam-se os resultados alcançados, enfatizando os pormenores obtidos com a pesquisa, bem como a constatação de novas pesquisas a serem feitas em tempo futuro. No quinto capítulo é exposta a listagem de referências, contendo todas as obras citadas ao longo do trabalho, além de apresentar as perguntas que foram utilizadas como técnica metodológica, no momento que foi realizada a pesquisa em capo, respectivamente.

1.1. Justificativa do tema

Com base na linha de pesquisa “Perspectiva social, econômica e territorial da criminologia” oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade de Vila Velha (UVV), elaborou-se esta pesquisa, cujo objetivo principal é analisar as ações efetivas do Programa Estado Presente em Defesa da Vida⁵, no âmbito da proteção policial e proteção social que,

⁵ Programa gerenciado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, cujo objetivo é reduzir os índices de homicídio em áreas com maior vulnerabilidade sócia e para tanto tem o desafio da consolidação de uma governança

discursivamente, concentram esforços na articulação entre as Secretarias de Estado para o desenvolvimento de projetos e ações de natureza preventiva em favor da população residente nos aglomerados de bairros selecionados pelo programa.

Ao desenvolver uma análise sobre os movimentos sociais e, em especial, àqueles que envolveram as manifestações de junho de 2013, tratadas pelo viés da Segurança Pública a partir de uma perspectiva analítica interdisciplinar, acredita-se que nossa contribuição dar-se-á por meio da avaliação dos atores, dos discursos, das ações e suas consequências, possibilitando a análise da intervenção do Estado em relação àqueles que estavam se manifestando nas ruas de Vitória/ES no referido período.

É importante lembrar que, temos a intenção de desenvolver uma pesquisa científica rigorosa, sobre as manifestações de junho de 2013 e forma de como o Estado opera na contenção da violência por ambos os lados. Utilizaremos um referencial teórico bastante flexível para entender as nuances das relações de poder que envolveram esses eventos. Partiremos de uma perspectiva genealógica foucaultiana, que busca localizar as forças envolvidas, pensando-as a partir de sua legitimação por meio de uma razão de Estado ou de uma razão governamental, conforme apontou Foucault ao tratar, respectivamente, do poder soberano, do biopoder e da biopolítica.

1.2. Problemática

Com a institucionalização do Estado Democrático, novas formas de participação popular foram estabelecidas, principalmente, pela proposta central desse sistema de governo, a qual visa, supostamente, constituir uma aproximação entre governo e cidadãos. Discursivamente, o Estado Democrático de direito visa garantir a participação popular na gestão e controle da sociedade. No entanto, a criação de medidas que pacifiquem ou harmonizem as condutas populares tem sido uma das estratégias utilizada por governantes no sentido de garantir certa soberania não somente através de uma razão de Estado, mas, e, sobretudo, a partir de uma razão governamental que se dá pela dominação e captura.

Assim, cabe ao Estado conduzir estratégias, com o intuito de, por um lado, garantir a participação, a qual é a base da democracia, e, por outro lado, preservar

democrática e participativa, orientada para resultados. O Planejamento e iniciativas implantados no Programa têm como referência 30 aglomerados do Estado (20 localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória e dez em municípios do interior do Estado) (FAJARDO; BARRETO; FIGUEIREDO, 2014).

seus ideais, assegurando-se sua unicidade sobre o poder e controle social. A esse respeito, segundo Foucault (1995), é preciso compreender que o poder exercido pelo Estado tem a função de atender as problemáticas ocorridas na sociedade e enfrentadas pelo sujeito moderno, mas também, deve valorizar o cidadão em sua singularidade, assim como as práticas e as relações sociais, econômicas, culturais, da linguagem e da arte, considerando essas manifestações como formas autênticas da produção da vida e existência humana no mundo.

Considerar o direito de reivindicação popular deve ser um dever do Estado, no entanto, em seu interior, operam distintas forças e dinâmicas que também agem estrategicamente, no intento de preservar e convencer a respeito de sua forma de governança estabelecida. Por isso, inúmeras outras verdades, oriundas de outras instituições ou entidades ligadas ao Estado, como a polícia, são utilizadas pelo mesmo como forma de garantir seu domínio. No âmbito específico de manifestações populares, a polícia se destaca como uma instituição de representação do Estado, agindo como apaziguadora e, ao mesmo tempo, como defensora de um ideal político.

Desse modo, diante da violência gerada pelo conflito de forças, na presente pesquisa queremos identificar as relações de poder reveladas nos discursos e nas ações de manifestantes e policiais, analisaremos no intuito de contribuir com a avaliação de possíveis estratégias que visem à redução das violências e sujeições envolvidas nesses espaços urbanos em um contexto de manifestação política.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

O estudo pretende estabelecer uma análise sobre a relação entre os movimentos sociais ocorridos em junho e julho de 2013, que levantava alguns pontos em questão, como o aumento da tarifa do transporte público desencadeado por movimentos estudantis em todo o país, por exemplo, o Movimento Passe Livre – MPL; o superfaturamento em obras públicas principalmente relacionadas a grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas Rio 2016), as políticas públicas sociais; e, o sistema político vigente, com a concretização dos escândalos de corrupção e impunidade dos políticos brasileiros em confrontação à visão do Estado sobre os movimentos sociais, partindo como referencial a ação de contenção dos manifestantes.

Neste sentido buscamos avaliar as estratégias utilizadas pelos diversos atores envolvidos nas manifestações, que ocorreram na cidade de Vitória em junho de 2013,

capital do Espírito Santo; no sentido de contribuir para a redução da violência tanto da população envolvida quanto da polícia.

1.3.2. Objetivos específicos

Outros objetivos a serem alcançados com a pesquisa são:

- 1) Relacionar as teorias sociais clássicas, modernas e contemporâneas pertinentes ao que se refere às manifestações políticas e sociais, bem como as estratégias de contenção do Estado e suas instituições como, por exemplo, as instituições policiais envolvidas;
- 2) Aprofundar o conhecimento dos movimentos sociais de forma analítica no que se refere às relações de poder e suas tramas operadas tanto de um ponto de vista biopolítico quanto rizomático⁶;
- 3) Analisar como os movimentos sociais⁷ não institucionalizados tem sido tratado pelo meio acadêmico brasileiro;
- 4) Apresentar e avaliar as estratégias utilizadas pelos manifestantes quanto às de contenção por meio da vigilância, controle e repressão; desenvolvidas pelo Estado e suas instituições no tratamento desse tipo de manifestação.

1.4. Proposta metodológica

O encaminhamento metodológico utilizado no desenvolvimento deste estudo privilegiará o método explicativo em abordagem quali-quantitativa, mas também se utilizará uma pesquisa de campo com entrevista semiestruturada por um roteiro onde serão levantadas questões conceituais e práticas aos principais atores envolvidos, haja vista analisar tanto as ações policiais, nos discursos utilizados pelos representantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, quanto o perfil, ideologias e as práticas de resistência da população.

Por essa característica investigativa, também se recorre à consulta em fontes secundárias, com base em um levantamento bibliográfico e pesquisa hemerográfica relacionadas aos movimentos sociais ocorridos em junho de 2013 no município de

⁶ Considera-se, rizomático, no âmbito deste estudo, os relacionamentos que existem entre todos os agentes sociais, que, de alguma forma, interferem no controle social e, constituem, mesmo que indiretamente, forças interferentes na consolidação de manifestações (Deleuze, 2004).

⁷ Para Laclau (1986) as novas e emergentes formas de conflitos travadas na arena social contemporânea foram denominadas de “novos movimentos sociais” em decorrência da crise que estas lutas proporcionaram ao paradigma tradicional das Ciências Sociais, concernente à forma de integração que assinalava os agentes sociais e aos contornos tomados pelo conflito entre eles.

Vitória, no Estado do Espírito Santo; embora não seja uma pesquisa de cunho exclusivamente quantitativo.

O que fomentou as análises e comparações foi o projeto genealógico foucaultiano⁸, a partir de uma perspectiva analítica interdisciplinar, com embasamento teórico, visando localizar as forças e resistências dos sujeitos envolvidos nesses eventos e como foram produzidas suas verdades através de processos de sujeições e assujeitamentos, conforme apontou Foucault (2000).

⁸ Método criado por Foucault sob a forte influência da agonística nietzscheana, a partir da segunda metade do século XX, cujo objetivo é refletir acerca do poder social enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos (FOUCAULT, 1997; 1999).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O poder na ótica foucaultiana: muito além do conceito de repressão

O poder nem sempre apareceu como principal questão ou como assunto mais importante nas diferentes teorias sociais. Em grande parte dos empreendimentos intelectuais tidos como clássicos, o tema se encontrava ausente ou subordinado a outros assuntos como, por exemplo, nos estudos de Marx e Durkheim, os quais perceberam a preeminência das abordagens permeadas respectivamente pela lógica da materialidade, através das relações econômicas, históricas e culturais, bem como na lógica da solidariedade social amparada na perspectiva funcionalista que propunha a manutenção de certa ordem social, conforme apontou Rosa (2012).

A conformidade sobre a noção de poder jamais existiu nas ciências sociais, conforme apontou o autor supracitado. A variedade de significados e os demais problemas operacionais que podem se apresentar tanto em apontamentos empíricos superficiais como em outras formas mais complexas, além das justaposições decorrentes das utilizações de termos diferenciados para designar fenômenos análogos ou relações sociais similares utilizando palavras distintas, são exemplos da dificuldade de um consenso no emprego dessa expressão tão controvertida.

Ao analisar as relações de poder na sociedade, é preciso demonstrar a importância da adoção de noções como conflito e entendimento, mostrando que o poder no campo da política se apresenta de forma bastante distinta; por exemplo, transitando entre a acentuação do conflito entendido como resistência, como ocorre entre os marxistas e anarquistas, ou da intensificação do entendimento, como ocorre entre os liberais e republicanos que buscam certa conformidade (ROSA, 2012).

Essas ênfases e justaposições possuem um papel fundamental de expor o jogo de poder localizado em sua relação com a ordem, uma vez que o poder não se apresenta necessariamente como sua negação ou reprodução, mas como indicação nítida de que, por mais que reforce e amplie sua atuação, o seu tratamento não se contraporá ao princípio último da conformidade e nem o da resistência. Através de um breve resgate histórico realizado a partir de uma perspectiva genealógica do poder, Rosa (2012) demonstrou como as noções foucaultianas de biopolítica e governamentalidade possibilitaram a inteligibilidade das mais variadas relações sociais na contemporaneidade, inclusive acerca das manifestações de junho, objeto desta pesquisa.

Diversas forças sociais conflitantes foram reconhecidas no decorrer da história das ciências sociais a partir de distintas formas, interpretações e contextos. Karl Marx, por exemplo, constatou que a partir da Revolução Industrial a fábrica foi se apresentando cada vez mais como um espaço de poder e dominação da classe burguesa sobre o proletariado decorrente da contradição entre trabalho e capital. Já Foucault reconheceu que havia outros espaços em que o poder era exercido a partir de distintas tecnologias utilizadas também por saberes médicos, jurídicos e políticos que, ao produzirem certos conhecimentos, passavam a ser reconhecidos com verdades absolutas pela população.

Esse processo teve como consequência a fabricação de corpos dóceis e submissos, aumentando as forças do corpo em termos econômicos de utilidade na medida em que diminuía essas mesmas forças em termos políticos de obediência; se exploração econômica, segundo Marx, separou a força e o produto do trabalho, para Foucault, foi através do disciplinamento que se estabeleceu no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (ROSA, 2012).

Ao reconhecer que as relações de poder existentes na contemporaneidade não foram inventadas pela burguesia capitalista do século XIX, mas herdadas dos mecanismos disciplinares utilizados nos séculos XVII e XVIII, Foucault (2000) questionou se o modo de produção capitalista não teria sido um dispositivo de codificação e de intensificação dessas relações “relativamente autônomas”, oriundas de segmentações, hierarquias e da divisão do trabalho, estabelecidas nas manufaturas, nas oficinas e nas fábricas desenvolvidas exclusivamente pelas relações “econômicas” e conflituosas entre a força de trabalho e o capital.

De modo geral, o modo de produção capitalista resultou de todo um processo de regulamentações disciplinares decorrentes das sujeições dos corpos, das regulações sanitárias que as ajustaram e as ativaram, inclinando essas forças às coerções econômicas da produção. Partindo dessa premissa, não seria o trabalho que teria introduzido as disciplinas, mas ao contrário, as disciplinas, normas e regras que teriam tornado possível o trabalho tal como ele se organiza e se apresenta na chamada economia capitalista (FOUCAULT, 2000).

Foucault (2000) talvez tenha sido o precursor no desenvolvimento de uma crítica ao modo tradicional de tratar o poder como sinônimo de algo que se possui e cujo sentido de seu exercício era a repressão. Sendo assim, o autor demonstrou que a noção de repressão era totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder, uma vez que a definição dos efeitos do poder por

meio da repressão decorre de uma concepção estritamente jurídica deste mesmo poder que curiosamente era aceito por todos.

Segundo o autor, as relações sociais também estão baseadas em relações de poder, sejam elas econômicas, familiares, afetivas, sexuais, de trabalho, de conhecimento, dentre outras. Assim, poder não é algo que se adquire ou se detém, mas algo que se exerce a partir de numerosos motes permeados por relações móveis e desiguais. Ele está em toda parte não porque abarca tudo, mas porque é solicitado como medida que pacifica as relações, não sendo apresentado necessariamente como algo que possa ser apropriado e desapropriado, pensado exclusivamente através da noção de dominação, a exemplo da forma com que Marx analisou as classes sociais (ROSA, 2012).

O poder, em sentido amplo, relaciona-se a repressão, a qual exprime um contexto de dominação, conforme apontado nos estudos de Karl Marx. Todavia, ao ser analisado em sentido estrito, o poder adquire características mais específicas e que abrangem outros contextos, não se restringindo, tão somente, às tendências dominadoras, em que operem grupos dominados e dominadores.

Na teoria foucaultiana, o poder pode ser entendido como repressão, mas extravasa esse entendimento e adquire efeitos de saber e verdade, através de certa produção que também gera resistências. Assim, entende-se que o poder não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. Está imbuído em quaisquer relações sociais (FOUCAULT, 1999).

Foucault (1999) desenvolveu métodos de identificação dos mecanismos de poder existentes em condutas humanas, sobretudo praticadas por instituições, mas também para além delas. Assim, segundo os estudos de Foucault, (1999, p. 182), é preciso “[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...]”. O autor desvincula as ações de poder presentes apenas no contexto das normas de controle ou jurídicas, ou seja, se analisado nessa ótica, o poder não continua atrelado apenas à repressão, uma vez que ele também passa a ser pensado para além do Estado e suas instituições. Portanto, para entendimento das novas nuances presentes no conceito de poder é preciso “[...] captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício” (FOUCAULT, 1999, p. 182).

Encontra-se nas relações sociais manifestações de poder das mais diferenciadas, estando ele presente no cotidiano dos indivíduos, seja no contexto

familiar, profissional, cultural e/ou político, etc. Utilizando-se dos ensinamentos de Foucault (2000), Rosa (2012) afirma que o poder é um constructo social inerente ao ser humano.

Segundo o autor acima mencionado, o poder não para de questionar, de inquirir, de registrar. É ele que nos instiga a descobrir como a verdade é resultado de relações de força, em que aquela preponderante se afirma através da relação entre saber e poder. Ou seja, estamos a todo o momento buscando a verdade e afirmando as nossas práticas discursivas através dela, que passa a ser mobilizadora de vontades e agenciamentos.

A verdade também viabiliza a elaboração, compreensão e o cumprimento das normas, fato esse que, segundo Rosa (2012), aproxima-se do poder soberano e sua razão de Estado, pois as normas de uma sociedade, por serem mecanismos de controle, são vistas como verdades absolutas que devem ser seguidas, haja vista a produção e consolidação de direitos e deveres, assim como a suposta harmonização das relações humanas e do discurso da paz que, conforme ponderou Foucault (2000), inexistem na medida em que política e guerra se confundem.

Portanto, existe um contexto de coerção e/ou submissão de poder, por outro lado, também existem resistências ao exercício desse poder. A todo o momento e a todo instante somos envolvidos com normas, temos que seguir padrões pré-determinados, temos que cumprir o que é imposto pelo sistema, a fim de que possamos ser reconhecidos e não penalizados (ROSA, 2012). Com base em Foucault (2000), o autor defende que no contexto social: “[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a não apenas viver, mas também a morrer de determinada forma, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos do poder” (ROSA, 2012, p. 5).

Foucault (2000) acredita que o poder em si não existe sozinho, mas sim na relação, uma vez que o que se manifesta no contexto social são as relações de poder. As pessoas criam formas de convivência que, regidas por normas, imprimem um suposto contexto de reciprocidade, sendo essa manifestada por meio da ordem e da obediência. O poder em si não é perceptível, uma vez que ele é dinâmico, sendo capaz de permitir ao sujeito que expresse ora a docilização dos corpos, por exemplo, ora sua liberdade e responsabilidade através das estratégias de resistência.

A respeito da reflexão do poder como uma realidade dinâmica, Marinho (2008, p. 2) entende que:

[...] A ideia tradicional de um poder estático, que habita em um lugar determinado, de um poder piramidal, exercido de cima para baixo, em Foucault é transformada. Ele acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido na nova versão, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder.

As ideias de Foucault foram inovadoras, rompendo com uma concepção tradicionalista e bem diferente que a sociedade impunha ao poder. Segundo Marinho (2008), anteriormente à tese desse filósofo, a ideia de poder teve um papel mais negativo que positivo. O que se entendia por poder era, tão somente, a imagem opressora, de modo a causar temor nos indivíduos quando ouviam essa palavra. Esses tinham medo de tê-lo, pois se acreditava que ele suprimia a liberdade, manipulava a vida etc. Essa percepção era consenso nas mentalidades dos povos antes das propostas foucaultianas.

Essas características atribuídas ao poder eram utilizadas como estratégias por aqueles que exerciam os poderes soberanos, no sentido de estabelecer represália aos indivíduos, haja vista, instituir uma sociedade pautada na obediência e dominação. Assim, à maioria da população não teria consciência do que é o poder e certo grupo social poderia, tranquilamente, passar a impressão de estar manipulando-o ou de ser a sua detentora (MARINHO, 2008).

Nesse contexto, depreende-se, segundo a tese de Foucault, que não podemos considerar o poder como uma entidade estável, coerente ou como uma unidade, mas, deve-se refletir acerca de como o poder é utilizado para, estrategicamente, estabelecer as relações no meio social, ou seja, devem-se considerar as relações de poder e não o poder propriamente dito (SOUZA, 2011).

É importante frisar que a obra de Foucault não pretende instituir uma teoria do poder, mas sim, compreender as diferentes formas de institucionalização de normas e de condutas que a sociedade vem produzindo através de coerções e/ou capturas ao longo dos tempos, caracterizando momentos históricos com variadas concepções. A intenção do filósofo é desmistificar a crença de que o poder é uma tendência ou característica que pode ser adquirida e, ao mesmo tempo, ser deixada de lado. Na verdade, através da reflexão foucaultiana, mostra-se, de uma forma crítica, como, porquê e para quê as relações de poder são instituídas nas sociedades (SOUZA, 2011).

Nas palavras do autor supracitado, Foucault pretendia mostrar a realidade que aos olhos de muitos indivíduos ainda permanecia obscurecida. Portanto, tratava-se, “[...] de pensar o ‘como’ do poder ou a emergência das suas diversas modalidades de

exercício e de instituições em diferentes momentos históricos que possibilitam uma identificação do poder em ato [...]” (SOUZA, 2011, p. 103).

Literalmente, a obra de Foucault mostra que o poder não pode ser analisado, tampouco, entendido, como algo isolado. Entender o poder como um processo ou fenômeno isolado ou engessado seria algo enganoso. O poder manifesta-se por meio de relações, daí ele precisa de um contexto e de atores inseridos em determinadas realidades específicas para que seja analisado de maneira concreta. Por isso, não existe poder, mas apenas relações que são criadas haja vista efetivar interesses e estratégias que atendam a objetivos específicos. A esse respeito, podemos refletir nas próprias palavras do filósofo quando diz que:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não da conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2000, p. 248).

As relações de poder manifestam-se nas sociedades com objetivos específicos, não estando ligadas unicamente ao Estado e seus modelos institucionais ligados exclusivamente à economia ou a política. Essas relações podem ser encontradas em outras instâncias e em outras instituições, como, por exemplo, na família, nas organizações, no corpo etc. Contudo, de modo geral, o que se pretende ao consolidar relações de poder é permitir o atendimento a interesses específicos, que cumpra um determinado pensamento devidamente instituído e que deva ser seguido, daí a relação do poder com a verdade (FOUCAULT, 2007).

É preciso entender a análise ascendente que Foucault faz acerca do poder: Estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social (MACHADO, 1981).

No entendimento de Foucault (1995), o poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira. Ou seja, esse autor acredita que o poder pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Esse discurso refuta a ideia de que poder gera submissão, e, que, por sua vez, pode gerar violência.

Em linhas gerais, o poder constitui a somatória de dinâmicas sobre ações possíveis e expressa-se no campo de possibilidades em que estejam presentes os comportamentos e as atitudes de determinados indivíduos considerados como agentes ou influenciadores. Assim, é evidente que o poder incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável. O poder quando chega ao extremo evidencia-se uma tendência à coerção, captura ou resistência, através do impedimento completo, todavia, o poder é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto esses sujeitos agem ou são suscetíveis de agir, correspondendo, nesse enfoque, a uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995).

Nesse contexto, o poder, conforme proclamado por Foucault (2007), quando analisado sob um viés de dominação, gera um contexto de insatisfação, podendo acarretar desequilíbrio nas relações, logo, desestruturar a suposta harmonização do sistema. Assim, o poder pode ser entendido e contextualizado sob dois enfoques principais, que são: repressão e guerra. Segundo Pogrebinschi (2004), se encarar o poder como ação, o podemos entendê-lo sob o enfoque da repressão; encará-lo como força o faz ser analisado em termos de combate, de confronto, enfim, de guerra, conforme exposto na Figura 1, abaixo:

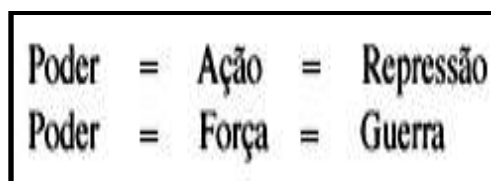


Figura 1. Esquema demonstrando as possíveis consequências do poder quando entendido sob a ótica da dominação. Fonte: Pogrebinschi (2004).

As alternativas disponíveis quando são evitadas as abordagens economicistas são, portanto, duas. A primeira, que identifica poder com repressão. Foucault chama de 'hipótese de Reich'. Quanto à segunda, que associa poder e força e, por conseguinte, poder e guerra, Foucault denomina como 'hipótese de Nietzsche'. Essas duas hipóteses são articuladas por Foucault, de forma a consolidar dois esquemas de análise do poder aos quais ele deseja se opor: a abordagem jurídica ou do “contrato-opressão”, e a abordagem marxista ou da “guerra-repressão” (POGREBINSCHI, 2004).

Com base no esquema acima ilustrado, Pogrebinschi (2004, p. 184) afirma que:

Portanto, o conceito de poder de Foucault tem a ambição de, a um só tempo, romper com os esquemas predominantes de interpretação – seja aquilo que ele chama economicismo na teoria do poder, no caso das abordagens jurídicas e marxistas, sejam aquelas concepções outras que privilegiam o conteúdo belicoso ou repressivo do poder.

Outro ponto que merece destaque e que Foucault inova em seus estudos, diz respeito à necessidade de encarar o poder como de fora do âmbito do Estado e de suas instituições, pressuposto esse que, vem também ao encontro do desejo de Foucault de romper com as concepções jurídicas do poder que o levam a ser identificado com o conceito de soberania. O conceito de poder foucaultiano vai ser formulado a partir de um olhar que perpassa o Estado, que vai além dele, para buscar no micro e não no macro os elementos moleculares de sua realização cotidiana (POGREBINSCHI, 2004).

O autor supracitado também evidencia o conceito de poder foucaultiano situando-o em algum lugar entre o *direito* e a *verdade*. Foucault quer estudar o modo pelo qual o poder se exerce, o "como do poder". Explicando essa reflexão foucaultiana, isso equivale a compreender os mecanismos do poder balizados entre os limites estabelecidos, de um lado, pelo direito, com suas regras formais delimitadoras, e de outro, pela verdade, cujos efeitos produzem, conduzem e reconduzem novamente ao poder. É nesse sentido que Foucault menciona a relação triangular que se estabelecem entre esses três conceitos: poder, direito e verdade (POGREBINSCHI, 2004).

A Figura 2, abaixo, expõe a relação contextual entre poder, direito e verdade no viés teórico proposto por Foucault.

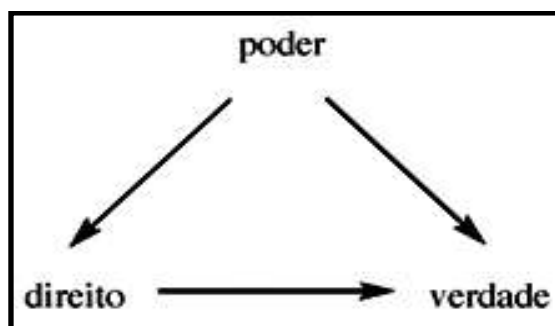


Figura 2. Relações contextuais entre a trindade: poder, direito e verdade, propostas por Foucault. Fonte: Pogrebinschi (2004).

Depreende-se, ao analisar a Figura 2, que o poder constitui uma força soberana que exerce influências sobre o direito, considerado como estrutura normatizadora e detentora das normas de controle e também influencia a consolidação da verdade,

sendo essa também influenciada pelas forças de poder existentes em um determinado contexto social.

Na visão de Pogrebinski (2004), a produção da verdade é mediada por dois conceitos: o de poder e o de verdade, sendo essa ligação entendida, apenas, sob uma perspectiva relacional, assim como descreveu Foucault (1999, p. 28) de que "[...] somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade". Assim, afere-se que a verdade é dependente do poder – invertendo uma relação que, no âmbito da filosofia do sujeito, supostamente se exerceria no sentido contrário, conforme discorrido na tese de Habermas (2002), citado por Pogrebinski (2004).

Pogrebinski (2004, p. 185) conclui suas reflexões com base em Foucault, afirmando que a verdade produz discursos que geram como consequência reflexos de poder entre os sujeitos. Nas palavras dessa autora, tem-se que:

O poder, portanto, institucionaliza a verdade. Ou, ao menos, ele institucionaliza a *busca* da verdade ao institucionalizar seus mecanismos de confissão e inquirição. A verdade se profissionaliza, pois, afinal, no seio daquela relação triangular, a verdade é a norma: nesse sentido, e antes de mais nada, são os discursos verdadeiros que julgam, condenam, classificam, obrigam, coagem [...], trazendo sempre consigo efeitos específicos de poder.

Com efeito, o fato de Foucault apresentar uma nova reflexão para poder, demonstrando realidades e estratégias estabelecidas nos grupos sociais, não quer dizer que o autor condene as relações de poder que são firmadas no contexto social. Ao realizar uma releitura da obra de Foucault, Machado (1981) aponta que as relações de poder não apenas fazem parte, como constituem as relações sociais nas sociedades contemporâneas. Portanto, considera-se que a sociedade não existiria se não houvesse relações de poder.

Desse modo, segundo Foucault, uma sociedade sem relações de poder é uma abstração. A estrutura social seria para o autor, atravessada por múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um local específico, como um aparelho de Estado, mas que são imanentes ao corpo social. Relações de poder estas que atingem a realidade mais concreta dos indivíduos e que estão ao nível do próprio corpo social, penetrando nas práticas cotidianas (MACHADO, 1981).

Portanto, Foucault não enfatiza ou condena o Estado, ao contrário, expande seu entendimento acerca das relações de poder para além do contexto estatal, afirmando que essas relações permeiam o cotidiano de grupos, entidades,

organizações, enfim, as relações envolvendo poder estão presentes como que naturalmente, onde exista sociabilidade (FOUCAULT, 2000).

O poder representa um conjunto de práticas que foram construídas historicamente, considerando práticas discursivas que operavam pela verdade de cada época, além de sofrer interferências, também, de questões culturais, sociais, profissionais e, principalmente econômicas e políticas. Essas práticas são díspares e heterogêneas, não sendo repetidas nos diversos contextos históricos, mas sim, constituem ações multifacetadas, estando em constante transformação (FOUCAULT, 2000).

Machado (1981) ilustra a dinamicidade que Foucault determina ao poder, descrevendo que o poder não pode estar imbuído em apenas uma pessoa, instituição ou contexto. Ao contrário, profere Machado (1981) que o poder não está em ninguém, ou seja, não está no rei, no presidente, em uma pessoa, mas nas relações sociais existentes, sendo ações que provocam outras ações, estando essas ações em um fluxo constante de retroalimentação.

Ora, se Foucault não nega o peso que o Estado moderno desempenha nas sociedades hodiernas, afere-se que sua tese pauta-se em mostrar as ações praticadas por qualquer um, desde que deseja estabelecer uma relação de dominação. No entanto, especificamente no que se refere ao Estado, esse autor defende uma proposta mais inovadora, chamando de “arte de governar”, aquelas tecnologias, mecanismos, procedimentos, dispositivos, etc. que possibilitem novos exercícios de controle e governo de condutas (FOUCAULT, 2010).

A nova maneira de governar, segundo Foucault (2010), constitui uma proposta em que o Estado controla a sociedade no sentido de suprir as necessidades dos grupos que a compõem. Todavia, a relação entre Estado e sociedade não pode ser entendida exclusivamente sob o viés da dominação, mas deve-se considerar um espírito de reciprocidade, tendo o Estado o dever de constituir relações supostamente harmoniosas com os sujeitos, consolidando os direitos e princípios cidadãos.

Assim, o Estado, em vez de atuar de forma autocrática, e, em certos casos, até com represálias, deve passar a atender as necessidades. Muda-se, nesse sentido, a concepção de um Estado soberano para um Estado que governe, ou seja, que apresente uma forma de gestão adequada aos anseios sociais, haja vista a atender interesses coletivos e não individuais e estratégicos (FOUCAULT, 2010).

A respeito desse novo modelo de Estado, propõem-se duas modalidades de governar, formas essas consideradas por Foucault, como ascendente e descendente.

No modelo ascendente, a competência do governante advém de sua experiência cotidiana, isso é, é preciso antes de ser governante entender o contexto da governança e saber lidar com problemas de menor instância. Ou seja, "[...] aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar a sua família, seus bens, seu patrimônio" (FOUCAULT, 1979, p. 281). No que se refere ao modelo descendente nota-se que "[...] quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem" (FOUCAULT, 1979, p. 281).

Nesse enfoque, é importante discutir que:

As reivindicações da sociedade desenvolvem uma lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado e a arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca deste processo de conhecimento ou saber sobre a sociedade e suas reivindicações. Isto pode ser traduzido como disputa de poder. Este poder é uma governamentalidade, ou seja, um processo que se constitui historicamente, somando administração, organização e saberes (SILVA, 2010, p. 21).

Profere o autor acima mencionado que se constrói um governo a partir do entendimento das questões que envolvem uma população e a utilização de recursos técnicos para suas ações. Para o autor, a segurança é um tema importante no sentido de conduzir rumo à formação de um governo. A preocupação em governar, tendo como referência os indivíduos, apoia-se em um tripé: segurança, população e governo constituído.

Porém, ao longo da história, os governos se voltaram para problemáticas diferentes a cada época da existência do Estado, evoluído na superação dos problemas e gerando um Estado cada vez mais complexo.

Foucault, em seus estudos, se propôs a fazer uma história política da produção de 'verdades'. Para ele vivemos em uma sociedade que produz discursos apresentados como verdades. Então essa produção de 'discursos verdadeiros' leva a formação de poderes específicos. Quando Foucault utiliza o termo 'dispositivo' refere-se aos discursos, que consistem em uma nova racionalidade e/ou justificativa de uma prática (ou sua reinterpretação). Definindo-o como uma estrutura de elementos heterogêneos. Trata-se de uma resposta urgente que determinado momento histórico exige. Portanto, para ele, o dispositivo é uma espécie de gênese. (FOUCAULT, 2007).

O dispositivo, segundo o autor, abrange um "objetivo estratégico" que produz dois efeitos: um, voluntário, que estabelece uma relação de ressonância ou de contradição entre seus elementos (através de uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos dispersos); e outro, involuntário e negativo, que não era previsto na estratégia produzida, mas que passa a

ser um efeito que ocupa um vazio ao se transformar o negativo em positivo (como ocorreu com a prostituição, um efeito negativo, imprevisto, que tornou-se positivo ao se extrair dele o lucro do prazer) (RIBEIRO, 1999 p.361).

Está implícito neste panorama, sujeitos na representação de elementos de Estado, políticos partidários, banqueiros, entre outros; que controlam a máquina administrativa em favor de seus próprios interesses. Este 'complexo heterogêneo', conjugado, institui um 'todo homogêneo dominante' que passa a compor uma categoria, uma entidade, ou uma classe social nesse jogo de poder que envolve relações estratégicas de forças. Percebendo que o 'dispositivo' tem uma natureza essencialmente estratégica, está sempre unido às formulações do saber, intrínseco em um jogo de poder. Nada mais é do que uma manipulação, de uma intervenção organizada e racional das relações de força (FOUCAULT, 2007).

A manipulação, à produção de 'discurso verdadeiro' e a sujeição do corpo às normas tiveram que se aprimorarem nas relações de poder, com mecanismos e técnicas mais contundentes. Para Bodart (2015), as relações de poder, sejam pelas instituições, escolas, prisões, foram marcadas pela disciplina e por ela que as estas se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, subordinador-subordinado, etc. Trata-se de uma relação assimétrica que institui a autoridade e a obediência, e não como um objeto preexistente em um subordinador. Trata-se de uma concepção do poder que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima e em todos os sentidos de uma rede, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade. Dessa forma, o poder em Foucault é um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente, estável e constante.

Ao abordar em sua obra a governamentalidade, Foucault tenta estabelecer um vínculo com a história das civilizações e como as relações de poder foram se estabelecendo. Assim, esse teórico busca na história a constituição do Estado e as diversas formas que este teve para se constituir enquanto poder. Adverte que no decurso da historiografia humana consolidou-se um paradigma que circulou e se desenvolveu aos poucos, diluindo-se em diferentes fases: ou seja, as relações de poder saem de uma concepção voltada para um contexto local (territorial), visto como algo mais endócrino ou simplista, por efeito a atingir um patamar mais aprofundado, em direção a uma estrutura mais complexa com técnicas avançadas de gestão. Sendo assim, não resta dúvida de que o Estado utiliza como ferramenta, o saber e a ciência para organizar o poder (SILVA, 2010).

Ainda sustentando-se na tese de Silva (2010), frisamos, novamente, acerca do cerne das discussões proposta na obra de Foucault, qual seja, o poder, cujo objetivo, no âmbito estatal, é permitir que o Estado continuasse agregando, através de uma estrutura unificada e obedecendo a um dos poderes existentes no corpo social.

Segundo Silva (2010), o Estado, a partir dos novos ideais democráticos, não pode ser mais um poder único ou central, exercido por apenas um agente. Também não pode ser o poder transcendente, evidenciado por um ser poderoso extramundano. Ao contrário, esse poder deve ser humanizado, sólido, específico de uma realidade que atenda a anseios também específicos e que seja diversificado ou multifacetado, se estendendo por todo o tecido social (SILVA, 2010).

Silva (2010), interpretando a obra de Foucault, sinaliza que a maioria dos descontentamentos populares ocorridos nos períodos históricos antigos, é fruto da má utilização da noção de poder. Ou seja, o poder era exercido sob um viés autocrático e estava centrado nas mãos de poucos, desencadeando inúmeras desigualdades sociais, logo, era provável haver uma reação da sociedade, no intento de defender-se ou denunciar as injustiças, atuando sob um mecanismo de defesa. Assim, Silva (2010, p. 37, grifo nosso) discute que o poder trata-se

[...] da junção de micros poderes que orbitam o poder na sociedade. Poder que transita entre a base e o ápice da sociedade. Ninguém é tão poderoso que o exerça sozinho e qualquer tentativa nessa direção **gera um contra-poder**. Ao mesmo tempo em que se o exerce sobre alguém, alguém exerce o poder sobre outrem. O poder não é dado. Ele é fruto das relações de poder. É na convivência e nas relações concretas que ele aparece.

Por conseguinte, através da concepção foucaultiana de governamentalidade, o Estado Moderno ganha, pois se compreende como é desenvolvida a relação de poder nas entrelaçadas teias das relações sociais. A arte de governar utiliza-se das habilidades do saber, descobrindo o fio condutor que conecta os pontos que ligam um poder ao outro. A arte de governar a mentalidade de uma época contribui para ordenar e controlar o poder na sociedade em uma vigilância permanente (SILVA, 2010).

Trazendo as ideias foucaultianas sobre poder e governabilidade para o contexto atual, percebe-se o quanto os movimentos sociais da modernidade, sustentados por meio de grupos diversificados, os quais possuem culturas diferentes, objetivos e pontos de vista também diferentes, são, de certa forma, influenciados pelas teorias desse filósofo.

Porém, convém destacar que, mesmo inseridas em uma sociedade democrática em que preze pelos direitos de liberdade, de dignidade e de fraternidade,

considerando os direitos e deveres sociais, muitas problemáticas ainda persistem, o que acarreta falta de conhecimento da população quanto à relação existente entre os cidadãos e o Estado (MARINHO, 2008).

Marinho (2008) considera os inúmeros avanços alcançados nos últimos tempos, os quais demonstram os efeitos das reflexões foucaultianas, no entanto considera a sociedade como um constructo oriundo de tendências tradicionalistas que são difíceis de serem refutadas. Assim, segundo o autor mencionado anteriormente, a sociedade atual vive com medo, atormentada, temerosa das possíveis ações que possam sobrevir. Cada indivíduo, de certa forma, vive se escondendo para tentar evitar as possíveis investidas contra sua existência. A relação de dominação é uma característica do sistema social. Impor sua vontade não é direito de todos, mas de um pequeno grupo de indivíduos.

Assim sendo, as relações de poder fortemente instituídas ainda refletem em muitos a visão equivocada do poder e o papel errôneo do Estado em se posicionar como organismo controlador desse poder e que cria suas estratégias de manipulação. Portanto,

O medo que toma conta dos indivíduos é consequência da aceitação de um **discurso manipulador**. Cada indivíduo é convidado a se reconhecer desprovido de poder. Ora, se é por meio do poder que conseguimos conduzir as ações das outras pessoas, se reconhecer sem poder significa não ter nenhuma influência, logo a única coisa que resta é sofrer as influências (MARTINHO, 2008, p. 21, grifo nosso).

O discurso manipulador não tem a intenção de fazer as pessoas reconhecerem que o poder é algo indispensável em nossa existência, isto é, ver o lado negativo do poder. O discurso manipulador tem a intenção de manter o *status quo*, pois é a única maneira que uma determinada parcela da sociedade tem para continuar vivendo em cima de um barril de pólvora (o barril de pólvora é a massa oprimida) sem que este exploda, isto é, sem que a massa oprimida se revolte de fato. A reflexão de Foucault pode ser constatada com as evidências sociais (MARINHO, 2008).

A realidade do cotidiano é que as pessoas não reconhecem ter poder e admitem, também, ser muito difícil lutar contra a máquina montada. Contudo, as evidências não significam que a verdade do poder seja esta, mas que a sua história mentirosa conseguiu fincar profundas raízes, isto significa que a massa opressora, diante de um discurso tradicional, não consegue visualizar a verdadeira realidade das relações de poder. Apesar dessas verdades cristalizadas, as lutas travadas em cada

época mostram como pouco a pouco a história do poder vem se transformando (MARINHO, 2008, p. 21).

Por estarem presentes em todas as sociedades, acompanhando a evolução social ao longo dos tempos, as relações de poder estabelecem estruturas que acabam caracterizando os costumes e tendências de um povo.

2.2 Genealogia dos movimentos sociais

Os movimentos sociais tratam das ações conjuntas que reivindicam algo perante o modelo político, social, econômico, cultural, etc. imposto pela sociedade dominante vigente, portanto as manifestações vão de ou ao encontro das ações dessa mesma ordem vigente. Ao longo da história, podemos observar vários movimentos sociais que buscam mudanças para a situação política social (TOURAINÉ, 1973).

Grosso modo, os movimentos sociais constituem ações reivindicatórias que buscam precisar as forças detentoras do Estado, no intuito de reduzir injustiças sociais, denunciar abusos, propor melhorias ou refutar projetos e propostas inconsistentes. Trata-se, na verdade, do direito fundamental, que consolida o Estado Democrático, cujo objetivo principal é preservar os direitos cidadãos, garantindo, dessa forma, um modelo de gestão que priorize as necessidades desses sujeitos (ALONSO, 2009).

Definir movimentos sociais não constitui uma atividade serena, ao contrário, representa um fazer complexo, pois o próprio termo, aplicado a inúmeras áreas do conhecimento, e em inúmeras vertentes e contextos, apresenta-se como diversificado quanto às suas características.

De modo geral, independente do contexto e do seguimento que o movimento social esteja inserido, ele deve conter características específicas, as quais são descritas por Sztompka (1998, p. 465):

Uma coletividade de indivíduos atuando juntos; objetivo comum da ação, uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar; a coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal; as ações tem um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não convencionais.

A defesa dos direitos em um Estado pautado pela democracia garante que os cidadãos lutem por esses direitos, refutando quaisquer ameaças a eles, de modo que sejam gerenciadas condições melhores para o convívio social. Assim, os movimentos sociais caracterizam pela junção de forças, seja de pessoas físicas e/ou jurídicas, cujo

objetivo é cobrar do Estado a garantia dos direitos individuais, sociais e coletivos da nação a que estão inseridos (ALONSO, 2009).

Os movimentos sociais manifestam-se no campo social, político, histórico, econômico e cultural. No entanto, as manifestações são oficializadas em prol do campo político, o qual constitui o conjunto de atores que gerenciam o meio social, sendo eles responsáveis pela manutenção da sociedade, do estabelecimento dos mecanismos de controle, além da configuração dos métodos disciplinatórios (ALONSO, 2009).

Em linhas gerais, os movimentos sociais podem ser definidos como:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas (GOHN, 1995, p. 44).

No que se referem às ações que permeiam a ambiência de um movimento social, elas desenvolvem um processo social, político e cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995).

Na visão de Alonso (2009), os movimentos sociais consistiram em um dos fenômenos mais estudados nas Ciências Sociais de meados da década de 1970 até o início da década de 1990. Entretanto, o cenário de hoje é muito diverso do de então, marcado pelo movimento aos direitos civis americanos, pelos movimentos feministas e ambientalistas da década de 1970; e, pensando no Brasil, evidencia-se o cenário de efervescência das décadas de 1970 e 1980, quando lutas populares se erigiam contra a ditadura militar, a pobreza e a repressão.

Esse autor defende que os movimentos, embora sempre existissem, nos últimos anos, tornaram-se mais evidentes e presentes na vida social, tendo eles se burocratizados, ou seja, viraram partidos; alguns desapareceram, devido ao atendimento das demandas reivindicadas; se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais, esmaecendo-se, assim, o espírito de inovação política que os caracterizava no período anterior. A partir das evidências empíricas da burocratização e do enfraquecimento dos movimentos, os teóricos deixaram de associar a inovação aos atores – os movimentos -, passando a associá-la a um lócus: a sociedade civil (ALONSO, 2009).

Goss e Prudêncio (2004) explanam em seus estudos que, até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos, ou seja, o alicerce dos movimentos sociais, nas características que os conhecemos na modernidade, está no fortalecimento das forças sindicais e da consolidação dessas forças em instituições regulamentadas.

No contexto específico dos movimentos trabalhistas, Grzybowski (1987) considera os movimentos sociais como delimitadores dos espaços de socialização política, ou os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais.

A partir da oficialização dos movimentos sociais e com o desenvolvimento de estudos sobre essa temática, sobretudo no campo das Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 1960, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, “[...] assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia [...]” (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 1).

Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Outros estudiosos do tema, como Alberto Melucci, por exemplo, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. Isso sinaliza para a necessidade de uma maior discussão acerca da validade (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 1).

Historicamente, no contexto brasileiro, a gênese dos movimentos sociais está ligada ao fortalecimento dos sindicatos, sendo que tais movimentos foram adquirindo outras instâncias, abarcando, também, além da ideologia sindical, o movimento estudantil, o movimento feminista, além de outros grupos ou trilhos sociais em defesa de direitos específicos, sobretudo no que se refere à liberdade de expressão e manifestação pessoal (GOHN, 1995).

A institucionalização da Constituição de 1988, a chamada constituição cidadã, certamente, representou um ponto de partida para provocar efervescência aos movimentos sociais. Isso porque, segundo Santos (2010), é com a constituição que os movimentos sociais lutam em prol de democratizar os espaços sociopolíticos, além

de exigir uma forma de ampliação da participação popular no âmbito das decisões tomadas em prol da administração estatal.

A interferência dos movimentos sociais a exigir maior representatividade na política, assim como maior transparência nos serviços públicos gerados é um marco decisivo para a consolidação da cidadania na nação brasileira (SANTOS, 2010). Assim, pode-se dizer que esses movimentos, aliados aos ideais democráticos e constitucionais foram de suma importância, pois

[...] a organização, mobilização e a articulação fizeram valer as reivindicações históricas da maioria da população brasileira – **democratizar os espaços de participação**. Isso tudo a partir de delegação, ou seja, por meio dos representantes eleitos democraticamente. No entanto, essas mudanças não alteraram a correlação de forças, nem arrefeceram a luta de classes e nem diminuíram a desigualdade (SANTOS, 2010, p. 12, grifo nosso).

Gohn (1995, p. 42) acredita que a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, “[...] mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação)”.

A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. [...] O Orçamento Participativo (OP) e vários outros programas criados no interior das políticas públicas surgiram como fruto daquela trajetória (GOHN, 2003).

No entanto, independente das ideologias que sustentaram o desenvolvimento dos movimentos sociais, no âmago brasileiro, e seja qual foi o segmento que eles direcionaram, é imprescindível reconhecer que todos os movimentos sociais, ocorridos no país, nas últimas 50 décadas, foram motivados pela mesma razão, ou seja, pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos (GOHN, 2003, p. 203).

De modo geral, segundo a autora supracitada, os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações.

Curioso que, conforme descrito na obra de Gohn (2003) e citado por Santos (2010), as ações dos movimentos sociais não criaram valores novos, ou seja, não

surgiram novos temas para as lutas cotidianas, apenas os redefiniram, isto é, resgataram valores como os dos direitos humanos, da cidadania, da liberdade de expressão e da autonomia dos movimentos.

Nesse enfoque, discute-se que:

[...] esses momentos foram importantes, pois a organização, a mobilização e a articulação fizeram valer as reivindicações históricas da maioria da população brasileira. As colocações dos movimentos sociais obtinham legitimidade social por expressarem necessidades, desejos e anseios de grandes contingentes populacionais. (GOHN, 2003 apud SANTOS, 2010, p. 17).

Santos (2010) também se apodera da obra de Cardoso (1994) e reflete acerca da novidade que os movimentos sociais trouxeram para a ambiência brasileira. Portanto, os movimentos sociais, de certa maneira, surgiram como algo novo, capaz de substituir os espaços vazios deixados por partidos, associações, entre outros. Para ela, o vazio desses espaços de representação é consequência do bloqueio imposto pela ditadura militar. Cardoso aponta também que, com o aparecimento desses novos atores, surgia a ideia de autonomia e com ela haveria mudança na cultura política tradicional (clientelismo).

A partir de junho de 2013 vimos emergir uma onda crescente de movimentos sociais composta em sua maioria por jovens que buscavam as mais distintas reivindicações e argumentações. Com base em relatos históricos, a ideia de reivindicar por direitos inicia-se no ocidente com o iluminismo e com a emergência de uma nova percepção de conceitos, colocando o homem no centro das transformações, e não mais enfatizando a Igreja. Portanto, inicia-se com essa concepção iluminista que priorizava a razão, no período compreendido entre os anos de 1650 e 1700 (MESQUITA JÚNIOR 2004).

Tais ideais influenciariam a Revolução Francesa de 1789. Para a burguesia, essas ideias seriam potenciais fatores para a mudança no poder na França. Com a singularidade do pensamento voltado para a valorização do ser humano e sob o *slogan* que ficaria marcado na história, amparado nos princípios da 'Liberdade, Igualdade e Fraternidade', a burguesia derruba a Bastilha e assume o poder na França.

Dessa maneira, segundo o historiador Eric Hobsbawm, o século XVIII ficaria conhecido como o século das revoluções, não apenas pelos movimentos revolucionários da França, mas pela onda de revoltas que se espalharam por outras nações numa época que vai de 1789 a 1848. Essas revoluções não permearam

apenas na esfera social, mas também no campo econômico acarretando grandes transformações para os próximos séculos.

A grande revolução de 1789 -1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789 – 1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (HOBBSAWM, 1977, p. 20).

Hobsbawm (1977) comenta sobre uma dupla revolução que modificaria o mundo inicialmente com a revolução inglesa que é de relevância econômica, também ficando conhecida como revolução industrial, pois a partir dela, transformou-se o modo de produção que deixou de ser puramente artesanal e passou a ser substituído pelo modo de produção industrial acompanhado dos grandes avanços tecnológicos.

Para o autor supracitado, as frentes de trabalho vendem sua mão de obra para a burguesia, que detinha os meios de produção mecanizados, pois para Marx é nesse período que surgem duas classes distintas: a burguesia, detentora dos meios de produção e o proletariado, que vende sua força de trabalho para essa burguesia. Marx tornou-se um grande analisador e crítico do capitalismo, uma vez que vivenciou as transformações que o mundo passou, analisando rigorosamente o modo de produção capitalista em suas obras. Ele entende que o capitalismo terá um fim e quando ele chegar, surgirá um novo modelo social, que seria o socialismo e, por conseguinte, a abolição do Estado, da propriedade burguesa amparada no valor de troca e da luta de classes, apresentando o comunismo como um próximo estágio no desenvolvimento humano, social, econômico e político.

Com a ascensão da alta burguesia ao poder na França, as ideias marxistas tornaram-se significativas para eclodirem revoltas por toda a Europa, uma vez que o proletariado e a pequena burguesia são deixados de lado e excluídos dos processos políticos, transcorrendo o século XVIII e XIX com revoltas que foram se difundindo e se ampliando expressivamente, potencializando perspectivas amparadas na valorização dos trabalhadores que passaram a serem disseminadas pelo mundo.

Em contrapartida, na Europa, no início do século XIX, ocorria o Congresso de Viena (1814-1815), numa tentativa de restaurar as monarquias gerando um complexo conjunto de fatores socioeconômicos negativos: a queda de colheitas e da situação de miséria do operariado, ausência de garantias e direitos fundamentais para o trabalhador e repressão à liberdade de expressão.

Na segunda metade do século XIX, aconteciam entre os anos de 1864 e 1876, iniciativas em prol do movimento dos trabalhadores, as quais resultaram na criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) que aparece como a primeira organização a pensar sobre a situação operária e reunir diversas correntes do movimento operário do mundo industrializado. Os operários franceses reuniram-se com sindicalistas ingleses, em que debateram suas condições de trabalho e estreitaram laços. Desse encontro, formulou-se o Conselho Geral da AIT, sendo gerenciado por Karl Marx, fortalecendo ainda mais o movimento sindical e a criação de partidos políticos de trabalhadores.

Essa condição de tensão e descontentamento permitiu uma união transitória entre os setores da pequena e média burguesia com o proletariado, por vez mais consciente da exploração social sofrida. A partir dessa aliança instável surgiram outros movimentos revolucionários de oposição às estruturas de poder dominante em grande parte da Europa. Em diversos lugares do mundo, como na França, Itália, Áustria, Irlanda, Alemanha, Suíça e Hungria explodem diversos movimentos conectando ideias nacionalistas, liberais e socialistas.

O século XIX foi, sem dúvida, marcado por mudanças no campo social, econômico e político; concomitantemente aos avanços tecnológicos apareceram novas teorias políticas que possibilitariam os movimentos de unificação na Itália e na Alemanha.

Os norte-americanos criariam uma política com base na expropriação de terras indígenas, investimento em terras de povoamento por meio da imigração europeia, incluindo guerras entre o norte e o sul do país. Esse acelerado processo de avanços faz com que os Estados Unidos participem da segunda revolução industrial. O avanço do capitalismo como modelo econômico ganha cada vez mais espaço, e os Estados Unidos o adotam como uma política claramente liberal e nacionalista junto com um novo formato de colonização, conhecida agora como neocolonialismo.

No século XXI emergem novos movimentos, na busca por independência e pelo fim de uma política de opressão já imposta. No Egito, por exemplo, jovens organizaram-se pelas redes sociais para tirar do poder o ditador Mubarak. O oriente médio como um todo levanta-se contra a dominação imposta por seus ditadores nas primeiras décadas, algo que podemos verificar na Líbia com a derrocada do ditador Muamar Kadafi.

Na Grécia e na Espanha, os jovens organizaram-se contra o modelo de governo que impõe altos tributos e cortes de orçamento na área social. Essa política

desagradou parte da população que promoveu manifestações exigindo uma saída para a crise econômica. Nos Estados Unidos, jovens americanos, mesmo se organizando pacificamente, sofrem fortes repressões policiais ao se manifestarem à frente do centro financeiro de Wall Street.

Vê-se, com base nessa historicidade, que os movimentos sociais não se constituíram em eventos ocorrendo em locais específicos e de abrangência local ou limitada. Ao contrário, as forças influentes na concretização desses eventos mantêm forte relação com indivíduos presentes em outros contextos, permitindo que os ideais também sejam defendidos em outras localidades.

Sendo assim, em todos os países do mundo, a presença dos movimentos sociais foi marcante, principalmente, nas últimas décadas do século XX, a partir dos novos ideais democráticos impostos e com as grandes revoluções democráticas e econômicas que permearam a Europa no decorrer dos séculos XVIII e XIX, influenciado pelo desenvolvimento científico e tecnológico (SANTOS, 2010).

Esse panorama histórico e as transformações radicais que desencadearam mundo afora permitem indagar como os postulados propostos por importantes nomes das ciências sociais, como Foucault foram recebidos, utilizados e/ou até mesmo se foram refutados pelas novas gerações.

No âmbito específico dos movimentos sociais é *práxis* que as reivindicações são das mais diferenciadas, assim como, a forma de organização, de protesto, de defesa e de ataque também sejam diferentes entre o público que se insere na manifestação (FERNANDES, 1993). Evidencia-se, desse modo, diferentes características durante a ocorrência de uma manifestação, caracterizada como movimento social.

Essas diferenciações são consequências de uma série de fatores que não convém discorrer neste estudo, no entanto, é importante ressaltar o que disserta Fernandes (1993, p. 787), ao refletir que

As sociedades humanas são constituídas por um tecido social descontínuo. Fatores de natureza individual e coletiva estão na base desta descontinuidade. Diferentes são os projetos pessoais e diversas as capacidades e possibilidades da sua realização. Nem todos dispõem de idênticas oportunidades e dos meios adequados. A vida humana é feita de muitas contingências, numa infinidade de acasos, contingências que originam formações diversificadas.

Por conseguinte, Fernandes (1993) aponta o problema do conflito, uma característica que permeia a maioria dos movimentos sociais. O autor defende que a

própria essência que gerou o movimento foi a existência de um conflito anterior, ainda não problematizado, mas que se manifesta como problema à medida que o movimento social se concretiza.

Por ser comum a presença de conflitos e, até mesmo de ações de violência ou vandalismo em alguns movimentos sociais, Fernandes (1993) discorre em seu estudo a necessidade do Estado criar um mecanismo de defesa, ou melhor, de proteção, haja vista pacificar ações conflituosas.

Assim, a regulação dos conflitos, cujos mecanismos o Estado social tende a desenvolver, permite intervir na sua expressão. Reduz a violência e talvez a intensidade, mas não os resolve totalmente nem os suprime. Existe uma relação entre a rigidez do sistema e a violência do conflito. Aquela rigidez gera clivagens radicais potenciadoras de forte agressividade (FERNANDES, 1993).

Na visão de Fernandes (1993), a regulação confere apenas uma estrutura às manifestações conflituais, organizando os grupos de forma a possibilitar a sua ação. Dando espaço à participação, a institucionalização é uma forma de regulação. Estabelece o consenso sobre as regras que devem presidir ao seu desenvolvimento e produz a desmobilização. Os conflitos institucionalizados podem ser mais facilmente regulados.

Sendo assim, partindo para as teorias foucaultianas, no contexto da atuação do Estado em conter as ações conflitantes e que, de alguma forma, poderiam gerar atos violentos, Foucault descreve o chamado processo de docilização dos corpos. Trata-se, grosso modo, de estratégias adotadas pelo Estado, geralmente, por meio da atuação de instituições envolvidas com o controle social, como a instituição policial, haja vista, permitir a pacificação dos manifestantes, mas que, essa pacificação adquire, sobre a ótica foucaultiana, outros entendimentos, conforme apresentado no capítulo seguinte.

2.3 Estratégias de docilização por meio da repressão e captura

Nas pesquisas de Foucault, o poder foi um dos seus principais objetos de estudo. Esse autor constatou que no período medieval as práticas de poder político eram determinadas pelo uso de tortura, masmorra e punição corporal pública, através dos chamados suplícios. As teorias e ações políticas amparadas no poder soberano configuravam-se sob a forma do totalitarismo jurídico, no qual o soberano acusava, julgava, recriava e punia. Essencialmente, o soberano exercia todos os mecanismos de subtração, com o direito de apropriar-se de parte das riquezas,

tomando corpos, bens e serviços dos seus súditos. A vida dos súditos estava nas mãos do soberano, o qual cabia o direito de causar a morte ou de deixar viver em vista da conduta dos subordinados (FOUCAULT, 2007).

A partir do século XVII, essa modalidade de poder, o poder soberano, sofre um novo ajuste, visando à reformulação da sociedade, em um contexto obediente, útil e produtivo, de modo a adotar as práticas disciplinares. Tais mecanismos e práticas disciplinares servem para regularizar as atividades humanas dentro do tempo e espaço. Assim, intensifica-se a vigilância como forma de moldar o comportamento dos indivíduos, apropriando de seus saberes e conhecimentos para alimentar o poder disciplinar.

Com isso, o poder soberano que decidia entre causar a morte ou deixar viver adota outra perspectiva amparada naquilo que Foucault chamou de biopoder, que mantém os corpos sob a tutela do Estado e, continua a decidir o destino dos homens, porém, agora resolve entre causar a vida ou devolver à morte. Pertencente a esse modelo político, toma-se a vida como preocupação e a população como uma espécie viva.

Para demonstrar como os métodos disciplinares atuam, Foucault, em sua obra 'Vigiar e Punir', exemplifica as prisões como um dos principais mecanismos de dominação e controle minucioso do corpo. As prisões eram vistas como protótipos para a implementação desses mecanismos em outros tipos de instituições, como hospícios, hospitais, fábricas e a escolas.

É importante ressaltar que as práticas e modelos de determinação do poder não são imediatamente substituídas umas pelas outras; elas passam a atuar em conjunto como forma de sofisticar esses mecanismos. Isso pode ser percebido e exemplificado, uma vez que as práticas de torturas e suplícios, características do poder soberano, continuaram a existir nos modelos disciplinares de biopoder, perdendo força só no final do século XVIII com os movimentos de reformas penais (FOUCAULT, 1999).

Os suplícios eram realizados em locais públicos e a população convocada para observar o punido, com o intuito de provocar horror e temor aos espectadores como forma de garantir obediência. Contudo, essa maneira de causar temor e educar passou a reverter-se em uma suposta sensibilização ou humanização da pena, na medida em que a população passou a reconhecer as injustiças e abusos cometidos pelo Príncipe (aquele que representava, na época, o Estado), fato esse que desencadeou o surgimento de revoltas (FOUCAULT, 1999).

Na segunda metade do século XVIII, com a emergência das prisões através da procura de uma forma mais sutil de punição, evidenciou-se um maior avanço sobre o controle dos corpos, atitudes e gestos. Para uma maior eficiência na docilização das pessoas, obrigações e exercícios são justificáveis as prisões no intuito de conceder utilidade a aquele ser, sendo essa punição supostamente necessária para o disciplinamento e produção de um corpo dócil e produtivo.

Contudo, paulatinamente, a vigilância passou a fazer parte integrante e fundamental desse processo de docilização, uma vez que essa disciplina prescrita sob a forma de vigilância tornou-se capaz de controlar o tempo e o espaço dos indivíduos e populações. A classificação, hierarquização e a distribuição dos corpos tornaram-se necessárias para se ter uma maior eficiência nos meios de produção, consequentemente, excessivo mecanismo de controle, essencial para as práticas de sujeição.

Nesse contexto, entende-se que o processo de docilização “[...] define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1999, p. 127).

Nesse sentido, a vigilância iniciada com o panóptico de Jeremy Bentham torre com uma cúpula circular que permite a visualização de todos aqueles que estão sendo vigiados e passa a atuar como um dos principais aparelhos disciplinares, pois atua por meio da construção de uma sensação de observação constante daquele que está submetido a um determinado tipo de controle, mesmo que não haja ninguém os olhando, tornando eficaz o processo de disciplina dos corpos (FOUCAULT, 1999).

Esse investimento político sobre o corpo nas instituições foi observado por Foucault em sua genealogia dos mecanismos disciplinares. Desde muito cedo já se percebiam as ocorrências desses mecanismos pautados na estruturação de organizações militares, colégios, hospitais etc., pois, para Foucault, o que realmente pretendia em suas pesquisas era identificar como opera os discursos e práticas que produzem os mecanismos disciplinares, também responsáveis por uma microfísica do poder (FOUCAULT, 1999).

O espaço disciplinar precisa ser bem definido e é moldado segundo a ideia de local, definido por Foucault com quadriculamento. É imprescindível a localização imediata do indivíduo, cada indivíduo deve ocupar o seu local, e, em cada local deve-se ter indivíduos como prática disciplinar. Esse sistema de disciplinarização parte da razão das táticas anti-deserção, anti-aglomeração e anti-vadiagem.

Foucault (1999) afirma que as instituições disciplinares, como as escolas e instituições militares, devem manter a disciplina como base de conduta, pois, assim, conseguirá manter os alunos separados por classes, demarcar os assentos, dividir as matérias por seus conteúdos, além de controlar os indisciplinados, tendo o controle total sobre os corpos, deixando-os obedientes e eficazes.

Como confirma Baratta (2002, p. 206-207), "[...] quanto mais desigual é uma sociedade tanto mais ela tem necessidade de um sistema de controle social [...] de tipo repressivo, como é o realizado através do sistema penal do direito burguês". No entanto, importante destacar que, para Foucault (1999), houve um processo de captura a partir do século XIX que propõe não somente um sistema de controle social repressivo, baseado na razão de Estado e no poder soberano, mas também um poder amparado na captura decorrente de sujeições e assujeitamentos que se dão através de uma razão governamental que atua no campo da subjetividade.

Dessa maneira, o incremento das funções penais e policiais, ocorridas na virada do século XX para o XXI, nos estados americanos, foi ocupando o lugar da política social, com forte deslocamento de recursos públicos de áreas sociais para a área de "segurança pública", para garantir a implementação de políticas basicamente repressivas e punitivas que envolveram tanto o setor penitenciário, como o judiciário e o policial.

Desta maneira, o discurso ressocializador é deixado de lado permitindo, cada vez mais, se utilizar das punições como uma forma simples de acabar com uma população considerada fora dos "padrões" de vida em sociedade, perigosa e desnecessária no plano econômico. A punição passa a representar apenas um mecanismo útil para "segregar uma categoria indesejável, percebida como provocadora de uma dupla ameaça, inseparavelmente física e moral" (Wacquant, 2001, p. 98). Esse modelo neoliberal de gestão penal destina-se a "regular, senão perpetuar, a pobreza e armazenar os dejetos humanos do mercado" (Wacquant, 2007, p. 126-127).

Volta-se para aqueles que compõem o subproletariado negro das grandes cidades, as frações desqualificadas da classe operária, aos que recusam o trabalho mal remunerado e se voltam para a economia informal da rua, cujo carro-chefe é o tráfico de drogas (Wacquant, 1999, s. p.).

Entende-se que o processo de docilização dos corpos visa, a princípio, estabelecer o poder disciplinador do Estado, de modo a sensibilizar os indivíduos, permitindo, assim, que as relações de poder possam ser cumpridas, e o Estado

manifeste-se como organismo que coordena e disciplina, visando estabelecer a ordem e o controle.

Trata-se, na verdade, de um processo de pacificação, de conscientização do indivíduo que provoca o conflito. Nesse âmbito, Rosa (2012, p. 12, grifo nosso), com base em Foucault, disserta que o poder disciplinar é com efeito um poder que, “[...] em vez de se apropriar e de retirar, tem **como função maior ‘adestrar’** ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo [...]”. Rosa (2012, p. 12) ainda acrescenta que em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes.

Assim, é curioso discorrer que a missão do Estado ao docilizar os indivíduos em conflito é, unicamente

[...] “Adestrar” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1997 apud ROSA, 2012, p. 12).

Esse adestramento, fruto do processo de docilização, está pautado na tentativa de se evitar atos violentos, pelo menos em tese. No entanto, Foucault (2007) vai além e acredita que essa pacificação tem um objetivo mais abrangente e estratégico, qual seja: ‘acalmar’ os sujeitos, de modo que possam firmar um gesto de confiabilidade junto ao Estado. Dessa forma, age-se estrategicamente sobre os sujeitos no intuito de configurar relações de poder e garantir estabilidade quanto ao controle, segurança e consolidação das práticas governamentais e dos princípios que regem o sistema social.

Com efeito, a ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objeto de separar, comparar, distribuir, avaliar hierarquizar, tudo isso faz com que apareça, pela produção de poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências humanas (FOUCAULT, 2007).

O processo de docilização pode ser conduzido pelo uso de tecnologias específicas, utilizadas como manipuladoras das condutas dos sujeitos. Dentre as diversas tecnologias que podem realizar essa interferência, Foucault (1999) cita duas

tecnologias de poder, divididas em duas séries: a chamada série corpo, a qual corresponde ao organismo/disciplina/instituições, que são os mecanismos disciplinares; e a série população, a qual representa os processos biológicos/Estado (que são os mecanismos regulamentares). O autor disserta que a primeira modalidade, a série corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. Além da série centrada no corpo, temos a segunda série, bem mais abrangente, pois essa está centrada não no corpo, mas na vida; trata-se de uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população (FOUCAULT, 1999).

Além dessas duas tecnologias supracitadas, Foucault (2005, p. 79) também menciona, conforme estudos defendidos por Paiva (2005, p. 79), a chamada tecnologia *Panopticon*, a qual produz, ao mesmo tempo “[...] saber, poder, controle do corpo e controle do espaço, numa tecnologia disciplinar integrada [...]”. Essa modalidade tecnológica constitui um mecanismo de localização dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos uns em relação aos outros, de organizações hierárquicas, de disposição eficaz de centros e canais de poder. O *Panopticon* é uma tecnologia adaptável e neutra para ordenar populações numa rede; onde os indivíduos podem se tornar produtivos e observáveis, a tecnologia do *Panoptismo* pode ser usada (PAIVA, 2005).

Cumprir destacar que a docilização, em linhas gerais, é o processo de, literalmente, domesticação dos indivíduos. Isso porque, segundo Figueiredo e Santi (2006, p. 45-46), trata-se de um sistema “[...] que envolve a elaboração e aplicação de técnicas 'científicas' de controle social e individual, chamado de Regime Disciplinar ou, mais simplesmente, 'Disciplinas' [...]”. Tal sistema, não abarca apenas as instituições de controle, como a polícia, normalmente lembrada nesse contexto, mas os mecanismos de docilização também podem ser encontrados muito facilmente nas práticas de todas as grandes agências sociais, como as escolas, as fábricas, as prisões, os hospitais, os órgãos administrativos do Estado, os meios de comunicação de massa etc.

Na verdade, o discurso de Foucault sobre docilização é iniciado a partir da análise que ao autor fez em instituições escolares. Nesse âmbito, o autor constata que a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Apoiando-se em Ariès (1981), argumenta que na ‘época clássica’ o internato se afirmava como regime de educação mais perfeito e cita como exemplo o Colégio *Louis-le-Grand*, de Paris, que foi dirigido pelos padres jesuítas desde meados do

século XVI e, a partir de 1805, tornou-se o liceu-modelo da França (DALLABRIDA, 2014).

Corroborando Costa (2002), para quem as instituições supracitadas também são locais em que se submete à docilização. A autora discursa que apesar das instituições, sejam elas igrejas, escolas, hospitais ou quartéis terem sempre algo de singular, podem-se localizar algumas técnicas essenciais que se generalizam porque são um investimento político e detalhado do corpo, formando o que Foucault vai chamar de Microfísica do Poder. Segundo a referida autora, Microfísica nada mais é que o detalhamento e investimento político individual e social. O investimento particular generaliza-se ganhando outra dimensão, o que afere a presença do processo de docilização (COSTA, 2002).

Ligando o processo de docilização com o contexto dos movimentos sociais, objeto de estudo desta dissertação, percebe-se que as características da docilização podem aparecer nesse contexto, principalmente quando a instituição policial atua como forma de conter o movimento, inibindo os manifestantes e, ao mesmo tempo, configurando uma atitude de adestramento. Encontramos essa analogia no âmbito das manifestações populares, na fala do referido autor, quando descreve que a docilização

Exerce sobre eles (os indivíduos) uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “a subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 1999, p. 163).

Na visão de Dallabrida (2014), ao buscar compreender a docilização dos corpos, o filósofo constatou que esse processo é fabricado por meio da importância dada à racionalização utilitária do detalhe na contabilidade moral e no controle político.

De modo geral, o filósofo considera como métodos de docilização, algumas medidas punitivas adotadas pelo sistema jurídico, tais como a aplicação das penas, por exemplo, o aprisionamento. A prisão realiza, ao encarcerar, todo um trabalho de re-treinamento e de docilização que pode ser estendido a todo corpo social. Portanto, em toda prisão há um pouco de quartel, um pouco de escola, uma oficina. Esse duplo fundamento – jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas (MEDEIROS; PEIXOTO JUNIOR, 2012).

No que se refere às prisões como locais de docilização, importante estudo realizado a esse respeito foi o proferido por Wacquant (2002). Discutindo acerca da

realidade internacional, sobretudo quando à ambiência da maioria dos presídios e do sistema de pena vigente em países europeus, Wacquant (2001) considera as prisões como verdadeiras fábricas da miséria.

Segundo estudos realizados por esse filósofo em presídios europeus, evidencia-se que a trajetória carcerária do preso pode ser descrita como uma sequência de choques e de rupturas comandadas, por um lado, pelo imperativo de segurança interna do estabelecimento, por outro, pelas exigências do aparelho judiciário.

A entrada na prisão é acompanhada pela perda do trabalho e da moradia, além da liberdade, bem como da supressão parcial ou total das ajudas e benefícios sociais. De acordo com a tese de Wacquant (2001), as prisões foram criadas de modo a gerar o empobrecimento do apenado, em diferentes momentos, tanto no instante que esse se insere na prisão quanto no momento que dela se dissocia. O autor chama esse fato de ‘empobrecimento material súbito’, o qual não deixa de afetar a família do detento e, reciprocamente, de afrouxar os vínculos e fragilizar as relações afetivas com os próximos (separação da companheira ou esposa, colocação das crianças, distanciamento dos amigos).

Em seguida vem uma série de transferências no seio do arquipélago penitenciário que se traduzem em outros tantos tempos mortos, confiscações ou perda de objetos e de pertences pessoais, e de dificuldades de acesso aos raros recursos do estabelecimento, que são o trabalho, a formação e os lazeres coletivos (WACQUANT, 2001).

Enfim, a saída, seja autorizada, condicional ou soltura, marca um novo empobrecimento, pelas despesas que ocasiona (deslocamentos, vestuários, presentes aos próximos, sede de consumo etc.), e porque revela brutalmente a miséria que o encarceramento havia temporariamente refletido no apenado (WACQUANT, 2001).

Como instituição fechada que não considera os investimentos exteriores do detento como secundários, sendo um lugar onde a segurança prevalece, e que coloca sistematicamente os interesses, ou pelo menos a imagem que temos dele – do corpo social que se pretende proteger acima daqueles do detento, a prisão contribui ativamente para precarizar as magras aquisições de uma boa parte da população carcerária e para consolidar situações provisórias de pobreza (WACQUANT, 2001).

Segundo Wacquant (2007, p. 9), os impactos gerados pelos sistemas prisionais acarretam inúmeros outros prejuízos, como aqueles relacionados à segurança. Assim,

a gestão da segurança pública é “concebida e executada não tanto por ela mesma, mas sim com a finalidade expressa de ser exibida e vista, examinada e espionada: a prioridade absoluta é fazer dela um espetáculo, no sentido próprio do termo”.

O autor infere haver uma contradição entre o que prega o Estado liberal e as condições contempladas no bojo das prisões. Ademais, reflete-se que:

[...] a incontestável hegemonia do pensamento neoliberal sobre segurança dos dois lados do Atlântico associou a mão invisível do mercado do trabalho desqualificado com o seu prolongamento ideológico e seu complemento institucional no ‘punho de ferro’ do Estado penal. [...] a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países (WACQUANT, 2007, p. 40).

Assim, semelhante às ideias de Foucault, Wacquant também considera o sistema punitivo como uma forma de “adestramento”, no entanto, esse sistema não permite a confirmação do objetivo a que se propõe, configurando-se mais como um sistema manipulador que assegura as ideologias propostas pelos que governam esses sistemas.

Quando Foucault (1997) apresenta as tecnologias que garantem ao Estado estabelecer os processos de docilização, cita como exemplo as prisões. Segundo esse autor, a prisão, especificamente, constitui uma forma de tecnologia de punição, sendo ela elaborada na modernidade, no momento em que houve as rupturas nos mecanismos e relações de poder, os quais passaram da sociedade sustentada na soberania estatal para a sociedade permeada pelas medidas disciplinares.

A configuração de uma sociedade normalizadora implicou na reestruturação do Estado e da instituição jurídica, momento em que o trabalho é considerado como valor central do ser humano, bem como uma ação que formata a sua condição, haja vista contribuir com a produtividade e proporcionar ganhos para a máquina estatal (FOUCAULT, 1997).

Somado a essas transformações, a sociedade disciplinadora tem em seu bojo a preocupação com o social (pelo menos em tese), o que Foucault (1997) denominou de Medicina Social. Essa tendência corresponde ao saber médico que se transformou, nessa vertente, em disciplina do cuidado dos corpos, a fim de contribuir para a manutenção da aptidão dos indivíduos para o trabalho (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006).

A preocupação com o conhecimento a respeito da situação fisiológica dos apenados é uma vertente em destaque no período da Medicina Social. Segundo

Guimarães, Maneghel e Oliveira (2006), no decurso dos séculos XIX e XX, a participação da Medicina nas prisões intensificou-se, pois se acreditava que o conhecimento da vida do criminoso e de suas características pessoais possibilitaria dar sentido ao crime, a partir de um saber médico-científico positivo.

De modo geral, segundo Guimarães, Maneghel e Oliveira (2006), nota-se que o sistema de produção das sociedades modernas, o capitalismo, constitui uma das forças mais influentes na forma como a sociedade se estrutura e como devem ser “formatados” as regras, os comportamentos, os sistemas, as relações dentre outros segmentos que configuram a vivência social.

Nesse contexto, percebe-se que o processo de docilização, especificamente, e, genericamente, as formas de governança estabelecidas no sistema capitalista, além do sistema normativo e controlador, não apresentam explicações objetivas, e nem se propõem a esse feito, pois a ideia central é “adestrar” os indivíduos, e não lhes permitir o conhecimento e entendimento do sistema.

Na tese de Foucault (1997), encontramos essa discussão que também foi defendida por Guattari (1986), que denominou essa tendência específica do sistema capitalista de “modo de produção de subjetividades”. A produção de subjetividades corresponde à tendência do capitalismo em gerar a relação do homem com o mundo e consigo mesmo e projeta a realidade do mundo e a realidade psíquica sobre a vida enquanto sujeição (GUATTARRI, 1986; FOUCAULT, 1997).

Analizando a tese de Guattari (1986), Guimarães, Maneghel e Oliveira (2006) dissertam que o sistema capitalista não produz apenas bens e serviços a serem comercializados, mas também, gera uma produção “formatada” de indivíduos que, atrelados a grupos consolidam identidades, comportamentos e atitudes pré-estabelecidas que passam a transmitir entre as gerações.

Assim, o sistema capitalista para existir precisa imprimir nas pessoas um modelo específico de vivência, configurado por meio de padrões devidamente instituídos, aceitos e seguidos (GUIMARÃES; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2006). Com essa linha de pensamento, voltada para a capacidade de “normatizar” “formatar” a sociedade, os autores descrevem que:

“[...] A máquina capitalística produz subjetividades que podem ser encontradas em qualquer nível de produção ou consumo, através da criação de **indivíduos normalizados, submissos e reconhecidos numa mesma identidade**” (GUIMARÃES; MANEGHEL; OLIVEIRA, 2006, p. 637, grifo nosso).

Com efeito, esse sistema normatizado opera uma dupla que se reproduz tanto em nível dos oprimidos quanto dos opressores: a repressão no âmago econômico e social e a produção de subjetividades, a qual representa o centro que produz força coletiva para gerar trabalho e instituir o controle sobre a coletividade e dependendo de qual intensidade seja a repressão, pode obter efeito oposto, a resistência dos oprimidos, desencadeando possíveis manifestações. Como mecanismos que conduzem à dupla opressão, citam-se três, quais sejam: a culpabilidade, a segregação e a infantilização, que operam na prisão a partir da pena (GUATTARI; ROLNIK, 1986). No entendimento de Guimarães, Maneghel e Oliveira (2006), esses três mecanismos podem ser caracterizados e explicados da seguinte forma:

A culpabilidade é o mecanismo que leva à interiorização de valores pré-estabelecidos e à consequente cobrança interna desses valores. A segregação e a infantilização produzem o isolamento social do preso e a incapacidade de falar em voz própria, respectivamente. A punição é aplicada pela máquina-prisão e mediada pelo Estado (Justiça), enquanto a pena é uma medida de ajustamento aos valores sociais que pretende extrair da culpa pelo crime uma “mais-valia” que conduz à adequação às normas. (Psicol. cienc. prof. vol.26 no.4 Brasília dez. 2006)

Os autores supracitados concluem a argumentação sobre os mecanismos de opressão, afirmando que como o indivíduo culpado não tem condições de aplicar-se uma penitência, cabe ao Estado reparar a sociedade e executar essa tarefa. O indivíduo é infantilizado na medida em que mantém uma relação de dependência do Estado, pois este se apropria da função de pensar e organizar a vida do preso.

Como se percebe, esses três mecanismos são complementares e alimentam a manutenção do sistema capitalista permitindo, de forma estratégica, que as tecnologias de docilização sejam consolidadas e as normativas sejam devidamente instituídas e seguidas, permitindo a configuração de um indivíduo disciplinado.

Assim, o indivíduo disciplinado constitui a base ou objeto de observação por parte do Estado, que, por sua vez, é regido por uma política disciplinadora, pelo menos nos dias atuais. Essa política, em linhas gerais, é sustentada pelos mecanismos e tecnologias de docilização, assim como apontou Foucault (1999).

No entanto, é importante questionar como se operam essas forças de docilização, assim como quais são os agentes que interferem na concretização dos processos normatizadores, sobretudo em contextos específicos, como as conturbadas manifestações livres ocorridas em meados do ano de 2013, no Brasil, em virtude da insatisfação da população quanto aos escândalos de corrupção e medidas

mal administradas pelo Governo, as quais repercutiram em uma intensa e complexa crise econômica e política no país.

Não resta dúvida de que, esses movimentos sociais reivindicatórios, por serem livres, e com a participação em massa da população atraiu outros grupos sociais diferenciados, com objetivos muitas vezes adversos. Por conseguinte, mecanismos de defesa ou de docilização foram aplicados, haja vista, evitar conflitos e ações violentas entre os manifestantes e a instituição policial.

Além dos mecanismos de docilização presentes nesses eventos, é importante analisar, outrossim, que outras forças e instituições também atrelaram-se a esse contexto, exercendo, de alguma forma, interferências nas tomadas de decisão dos manifestantes ou do próprio Estado. Fica evidente que nesse tipo específico de manifestação, a mídia exerceu grande influência, assim como grupos específicos de idealizadores, como os *Black Blocs*, conforme será dissertado nos dois capítulos sequenciais.

2.4 Mídias independentes

Ao buscar o entendimento sobre a influência na mídia e sua relação com a captura de racionalidades através da governamentalização, é possível verificar um processo de reiteração de discursos que incidem sobre a população através da mídia corporativa, produzindo uma verdade que coloca os movimentos sociais como perigosos, levando-os a serem criminalizados. O propósito da mídia encontra-se na fonte de criação de sentido presente, nas interações sociais e de seus movimentos de busca por identidade. Mas ter o domínio dos meios de comunicação de massa torna-se a mais efetiva fórmula de impor à sociedade seus valores, crenças e determinações. Essa imposição, que pode ser operada não somente de maneira repressiva, mas como estratégia de captura, não se dá de forma direta, mas está embutida “[...] naquilo que o receptor assimila e filtra a mensagem midiática, a partir de seu repertório cultural, buscando sentidos convergentes com as suas experiências de vida” (BARBERO, 2003, p. 145).

Há muito tempo vem se falando da importância das novas tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade dos movimentos urbanos nos diversos continentes. Entretanto, mesmo com uma maior utilização de mídias independentes para articular as manifestações não podemos ignorar que elas ocorrem em um “ambiente” de mídias predominantes – televisão, jornais, revistas, rádios etc. – e as transformações que vem acontecendo tem envolvimento direto com a chamada

“mídia corporativa”. Partindo dessa premissa, é relevante identificar o papel das mídias independentes dentro desse cenário corporativo, para o complexo desenvolvimento das manifestações populares ocorridas em junho de 2013.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, citado por Secco (2013), a média de idade dos participantes das manifestações era de 28 anos, sendo que 53% compreendiam jovens, do sexo masculino 52,92% (SURVEY, 2015), com menos de 25 anos e a maioria era convocada pelas redes sociais, um sistema de comunicação que independe da mídia corporativa. Utilizando os dados da empresa de consultoria *Plus Marketing*, na passeata de 20 de junho de 2013, ocorrida no Rio de Janeiro, 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos (SECCO, 2013).

Apesar de estarem “conectados” pelas redes, esses jovens precisam da grande mídia para ser inseridos no ambiente formador de opinião pública. Esse paradoxo emana do fato que a mídia corporativa, principalmente a televisão, controla o monopólio de “tornar as coisas públicas” e dar visibilidade. A televisão transformou-se em “mídia de massa” hegemônica após se libertar das perseguições ditatoriais, formando no pensamento das gerações pós-ditadura que a insatisfação popular decorria de uma cultura política que desqualificava as instituições políticas. Como reflexo disso, ocasionou-se uma crise econômica que seria culpa do sistema *System Blame*⁹, tornando distante qualquer forma de manifestação e mudança (BORTOLOTTI, 2014).

A consolidação da democracia no período pós-ditatorial enfrentou um grande obstáculo assim que a mídia corporativa então contribuiu para a divulgação do processo de *System Blame* (BORTOLOTTI, 2014). Nesse enfoque, essa lógica paradoxal existente nas redes sociais versus a grande mídia possibilitou a culpabilização do sistema, mostrando-nos a necessidade de observar o comportamento da mídia na cobertura dos movimentos. Inicialmente, a reação foi de condenar pura e simplesmente as manifestações, devendo serem reprimidas com rigor. Porém, quando o fenômeno tomou grandes proporções, a mídia alterou radicalmente seu julgamento inicial. Foi dada uma maior importância aos fatos, cobrindo-os em tempo real como se fosse apenas uma observadora imparcial, desconectada dos processos desencadeadores.

⁹ O processo de *System Blame* significa culpar o sistema, isto é, a própria democracia, pelos problemas por quais passam o país (BORTOLOTTI, 2014).

O que no início foi alvo de condenação transformou-se, repentinamente, em uma tentativa de captura, compartilhando da mesma opinião que motivou as manifestações. A grande mídia se apropriou do discurso do movimento e encontrou uma oportunidade de disfarçar seu papel histórico de formar a opinião pública sem dar voz a grande massa.

Difícilmente encontramos em instituições democráticas representativas, sobretudo, nos partidos e sindicatos, por exemplo, espaços de participação política direta, uma vez que a democracia brasileira tem se fundamentado quase que exclusivamente na representatividade, o que nos leva a pressupor que é possível partirmos da hipótese de que o Brasil tem evidenciado uma crise de representatividade política.

Não obstante, também se julga que a mídia corporativa tem passado a apropriar-se dessa fragilidade política para se apresentar como o “quarto poder”, que atua como representante da opinião pública, colocando-se discursivamente como independente, imparcial e com o papel fiscalizador dos governos, mas na prática opera de maneira contrária. Graças às mídias independentes, nos anos que antecederam as manifestações começou-se a perceber uma diferença entre o discurso da grande mídia com a imensa maioria da população brasileira.

Salvo pouquíssimas exceções, a mídia corporativa praticamente não proporcionou o debate de questões de interesse da população para formação da opinião pública, impossibilitando a ampla diversidade de opiniões da sociedade, agravando claramente a crise de representatividade política. Talvez isso possa ser uma das causas das hostilidades sofridas pelas equipes de TV e jornalistas durante os movimentos sociais de junho.

Um dos objetivos clamados pelas mídias independentes diz respeito à reforma política capaz de incluir na regulação das comunicações, uma forma de garantir condições para uma real formação de opinião pública, atingindo e realmente ouvindo a opinião pública.

Assim, as mídias corporativas, por serem organizações inseridas no sistema social e mantido pela ordem produtiva capitalista, aderem ao sistema, mas nem sempre coloca-se a serviço da verdade, configurando-se como uma instituição que objetiva atingir resultados específicos e particulares, não sendo interesse, em certos casos, de ser um canal que clama por democracia (CLEAVER, 1999).

As novas tecnologias de comunicação e informação e sua disponibilização e popularização, certamente representou uma alternativa para que os ideais propostos

nos movimentos sociais chegassem a longas instâncias. No entanto, em um primeiro momento, essas tecnologias também foram incorporadas pelas mídias corporativas, de modo que nem toda comunicação pudesse ser disseminada, incapacitando, dessa forma, a expansão das propostas defendidas nos movimentos sociais (CLEAVER, 1999).

Assim, houve, a princípio, a apropriação capitalista do ciberespaço e de todas as tecnologias de informação. Foi a união entre o capital e a ciência como tecnologia. Todo desenvolvimento de uma rede mundial de computadores desenvolvidas a partir da mundialização do capital tiveram, em sua finalidade, o interesse de novos processos de valorização em um novo mercado de consumidores de bens materiais ou imateriais (CLEAVER, 1999).

Todavia, as discussões em torno da filosofia do livre acesso, do barateamento nos custos de aquisição e utilização dessas tecnologias, além das valiosas medidas impostas pelo processo da inclusão digital, fez com que o uso dessas tecnologias se estendessem a todas as camadas sociais, fato esse que garantiu, como consequência, a divulgação das ideias e projetos oriundos dos organizadores dos movimentos sociais (CLEAVER, 1999).

Assim, a incapacidade das mídias corporativas, no que se refere à consolidação dos direitos individuais e coletivos, pautados nos princípios democráticos, tem despertado a formação de canais “informais” ou, mais precisamente, canais livres ou desinstitucionalizados, que, facilitam a comunicação sem delimitar interesses próprios, o que permite uma divulgação sem prerrogativas.

A esse respeito, é importante considerar, também, no meio social capitalista, a presença da censura, fator esse que inibe em muitos momentos a atuação dos meios de comunicação divulgar certo tipo de informações. Nesse âmbito, a pesquisa de Malini e Antoun (2012) destaca que a censura na sociedade disciplinar moderna se caracteriza negativamente pela proibição de narrar certos acontecimentos de certos modos e positivamente pela obrigação de narrar certos acontecimentos dentro de uma determinada maneira de interpretar.

Fica evidente que o Estado manifesta-se em diferentes agentes e esses podem “adestrar” ou “amedrontar” muitas narrativas no contexto social. Percebe-se essa ocorrência, nas palavras seguintes:

A figura do policial burocrata, sob a forma do censor, caracteriza esse modo de exercer o comando na esfera do consenso social. O censor inserido entre o meio e seu público tornava-se o editor final das narrativas veiculadas. Na pós-modernidade o monitoramento do que é dito por meio dos diferentes

canais, a forma mercatorial publicitária de construção de consenso e a utilização dos serviços de advocacia por meio das leis que giram em torno da questão da propriedade intelectual exercem o controle sobre as narrativas (MALINI; ANTOUN, 2012, p. 68).

Com efeito, a expansão dos recursos tecnológicos permitiu a criação de novas ferramentas para interação e comunicação. Desse modo, o uso das novas tecnologias, juntamente com o espaço digital permite o pleno monitoramento e vazamento daquilo que nela circula, impedindo o controle advocatício da circulação das narrativas. As lutas biopolíticas por meio do anonimato e do vazamento fazem valer a franqueza como forma de luta para a construção democrática dos novos modos de viver e de governar (MALINI; ANTOUN, 2012).

Surgem a cada dia novas plataformas visando publicar informações que possam ser acessadas por outrem, e, além disso, essas plataformas permitem a inserção de comentários, de compartilhamento das publicações, de interação entre diferentes públicos. Trata-se, na verdade, de um recurso que desconsidera as limitações impostas pelos fatores tempo e espaço.

Proferem Malini e Antoun (2012) que a cultura da incorporação (*embed*) e a da classificação (*tagging*) trazida pelas mídias sociais da internet (Youtube, Flickr, SoundCloud, Slideshare e tantos outros dispositivos da web 2.0) marcam cada vez mais nosso período, e fazem com que qualquer publicação se torne ainda mais multimídia e interconectada a outros conteúdos e sites.

Os movimentos sociais ganham força, em grande parte, pela divulgação de informações através dos canais *on-line* acima mencionados, principalmente as redes sociais, as quais possuem como grande vantagem a rapidez de disseminação da informação, assim como rapidez dos usuários em notificarem-se da informação disseminada.

Nesse contexto, os movimentos sociais dos últimos anos vêm ganhando cada vez mais força, sendo as mídias independentes, parceiras no que se refere à divulgação dos ideais, das propostas e dos eventos a serem realizados. É consenso na literatura do papel que as mídias provocam na divulgação, bem como na aderência aos ideais propostos por grupos sociais específicos.

Desse modo, a comunicação parece ter um papel determinante em toda movimentação dessas lutas. Sejam os gigantescos vazamentos de toda informação oficiosa primária que escoam pelo wikileaks e revela às populações o lado escuro da política de seus governos, sejam as intensas redes de conversação que sustentam as populações reunidas nas ruas ou nas praças, sejam os ataques espetaculares à atenção do público global [...] (MALINI; ANTOUN, 2012, p. 69).

Fica claro que nessas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas ou mãos, os afetos e interesses circulam, modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais (MALINI; ANTOUN, 2012).

Na contemporaneidade, segundo Cleaver (1999), o uso das novas tecnologias se popularizou e os movimentos sociais têm visto na internet (29%) e redes sociais (68%) uma das melhores formas de mobilização popular, como podemos visualizar na Figura 3.

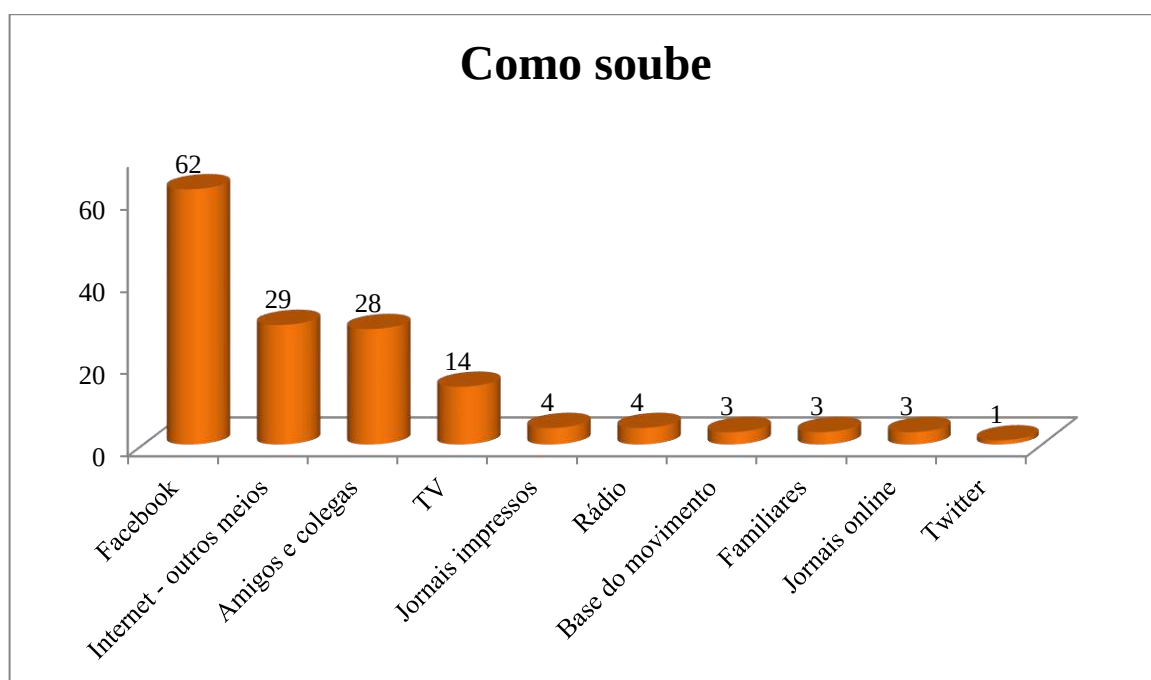


Figura 3. Meio de comunicação. Fonte: Pesquisa IBOPE Inteligência, 20 jun. 2013: perfil dos manifestantes.

Na visão do autor acima mencionado, as lideranças desses movimentos, de modo geral, criam, constantemente, rede de comunicação entre todas as lutas e resistências que permeiam o Brasil. Esses indivíduos objetivam ampliar as possibilidades das redes, de modo que se consolide uma rede intercontinental de resistência, de comunicação alternativa contra o neoliberalismo pela humanidade. Presume-se que essa rede buscará os canais para que a palavra caminhe pelos caminhos que resistem. Esses novos canais serão o meio para que os adeptos do movimento se comuniquem entre si às distintas resistências.

Segundo Cleaver (1999), os canais independentes inseridos em um contexto rizomático (rede) não serão apenas estruturas organizativas, não terão centro diretor nem decisório, nem comando central ou hierárquico. A rede será todos os envolvidos e em favor das propostas solicitadas na manifestação, ou seja, a rede serão todos os indivíduos que falam e escutam, fato esse que constata o clamor pela justiça social e a consolidação ou reconhecimento dos direitos e deveres dos manifestantes (CLEAVER).

2.5 Reação ao capitalismo: as táticas Black Bloc

No final dos anos 1990 ocorria em Seattle, Estados Unidos, o Encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o objetivo de lançar a chamada Rodada do Milênio, ou seja, as normas que iriam reger as transações comerciais entre os países no próximo século. No decorrer desse encontro, houve manifestação no local do evento. Os manifestantes envolvidos protestavam contra o avanço das políticas neoliberais, e consideravam uma ameaça aos direitos humanos e às políticas de saúde, educação e distribuição de renda nos países mais pobres; os ambientalistas envolvidos nesse manifesto tinham como objetivo barrar as negociações da OMC.

Os protestos tinham motivações e perspectivas políticas distintas. Enquanto os membros de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e humanistas se contrapunham ao encontro supracitado, chamando a atenção para a degradação ambiental resultante das políticas desenvolvimentistas estatais e privadas, os sindicalistas lutavam pela manutenção dos direitos trabalhistas, além de outras reivindicações e problematizações trazidas pelos mais variados movimentos sociais.

Para outros, a exemplo dos grupos anarquistas, a reunião mostrou-se uma ocasião para demonstrar o repúdio ao capitalismo global tanto pelas questões sociais como pelas questões ambientais, através de diferentes formas de ação direta.

Nos anos 1990, durante as manifestações contra a OMC, algumas pessoas organizaram-se mais radicalmente, identificados como *Black Blocs*. Esse grupo intensificou a presença nos Estados Unidos com tática original de servir de força de autodefesa contra os ataques policiais às ocupações e outros espaços autônomos. A partir de Seattle, os *Black Blocs* organizaram ataques seletivos contra símbolos do capitalismo global como, por exemplo, ataques às lojas das redes *McDonald's* ou *GAP*, além de bancos privados. Essas ações desse grupo tinham um efeito mais simbólico que apenas destrutivo, demonstrando que aqueles ícones não eram tão poderosos e onipresentes; e, que havia um mundo de exploração e violência por trás

da fachada divertida e amigável da publicidade corporativa. Assim, pode-se dizer que a tática *Black Bloc* de Seattle inaugurou uma dimensão de violência simbólica referente à quebra de símbolos do capitalismo também como forma de resistência às violências do Estado e do mercado que incidem diretamente sob as populações mais empobrecidas.

A partir daquele momento, os *Black Blocs*, até então um instrumento basicamente de defesa contra a repressão policial, tornaram-se também uma forma de ataque – mas contra os significados ocultos por trás dos símbolos de um capitalismo.

Foi nesse contexto que a tática chegou ao Brasil. Os acontecimentos de Seattle levaram grupos de distintos militantes brasileiros, sobretudo, de formação política libertária, a se articularem coletivamente no intuito de construir no país uma tática de resistência mundial à globalização neoliberal.

Em São Paulo, um grupo, entre os manifestantes, adotou a mesma tática do *Black Bloc* de Seattle, em 1999, e atacou símbolos capitalistas na Avenida Paulista como, por exemplo, lojas da rede *McDonald's*. Assim, os *Black Blocs* estavam longe de ser uma novidade no Brasil quando irromperam os protestos de junho último.

Nesse enfoque, confirma-se a existência do movimento dos *Black Blocs* no âmbito brasileiro. Juntamente com as diversas organizações midiáticas, o grupo dos *Black Blocs* representa uma das forças mais árduas e presentes nos movimentos sociais de 2013.

Essas forças incorporadas aos movimentos reivindicatórios do ano de 2013 devem ser analisadas, haja vista gerar conclusões consistentes acerca da reação das instituições estatais, como a polícia no confronto com os manifestantes.

Segundo o estudo de Leal (2015), nesse contexto de impossibilidade de uma ação mais precisa, objetivando o controle do corpo-indivíduo, o que resta a fazer é controlar os fluxos. Analisando as cidades europeias do século XVIII, que não mais contavam com os muros das cidades medievais, já que se tratava, então, de fazer circular os fluxos do capital, Foucault afirma que:

[...] por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má (FOUCAULT, 2008, p. 24, apud LEAL, 2015, p. 7).

Leal (2015) utiliza a fala de Foucault no intuito de demonstrar a intervenção do Estado sobre a sociedade no sentido de reprimir os atos que possam colocar em perigo a sobrevivência de outros indivíduos ou dos bens públicos existentes em um espaço social. Logicamente, um dos objetivos do Estado é mascarar a defesa em um contexto conturbado de governo das condutas, no entanto, é errôneo considerar que essas ações dar-se-ão, tão somente, nesses casos, não tendo nenhuma outra ligação com outras intenções, tal como acontece no processo de disciplinarização, haja vista manter a ordem, o controle e a defesa dos ideais estatais.

Assim, cabe analisar neste estudo, todas essas forças que interferiram na consolidação dos movimentos sociais do ano de 2013, no contexto da Grande Vitória/ES. Considerando a conjuntura social da época (especificamente em níveis nacionais), a estrutura e os problemas enfrentados pela comunidade local (contexto estadual e municipal), além dos agentes que fizeram parte dessas manifestações, é possível identificar, analisar e avaliar, nessa localidade, a conduta do Estado no que se refere às relações de poder, captura e de docilização dos corpos questionadas por Foucault. Sendo assim, a seguir, apresentam-se as circunstâncias e principais características que permearam as manifestações de 2013 no Brasil e na região analisada neste estudo.

2.6 Especificidades dos movimentos sociais no Brasil

O capitalismo industrial e a modernidade permitiram vários benefícios, porém trouxeram consigo muitas consequências para o mundo, dentre elas a degradação do meio ambiente e o distanciamento das classes sociais. Na esfera política, o capitalismo destruiu e corrompeu as interações da sociedade privilegiando o capital às pessoas e suas verdadeiras necessidades.

Outra questão, diz respeito ao modo de incorporação política de cunho institucionalizado que pressupõe a governamentalização do Estado, conforme apontou Foucault, ou seja, o fato de já não se reivindicar uma pauta política ao Estado, mas de se reivindicar autonomia em relação a ele. Assim, o que está presente no âmbito brasileiro é uma dualidade entre sociedade civil e o Estado. Conforme mostrado por Sartori (1962). Uma dualidade que parte dos cientistas sociais não procuram dissolver, mas, ao contrário, aceitar como parte da lógica da ação política no contexto da democracia representativa de cunho republicando, presidencialista e liberal, sendo observada essa concordância atualmente na Figura 4, retirado da pesquisa do IBOPE Inteligência (2015) em parceria com a *Worldwide Independent Network of Market*

Research (WIN) onde a maioria dos brasileiros (73%) continua a acreditar que a democracia, apesar dos seus problemas, ainda é o melhor sistema de governo. Os brasileiros que não concordam com essa afirmação somam 22% e outros 5% não sabem ou preferem não responder.

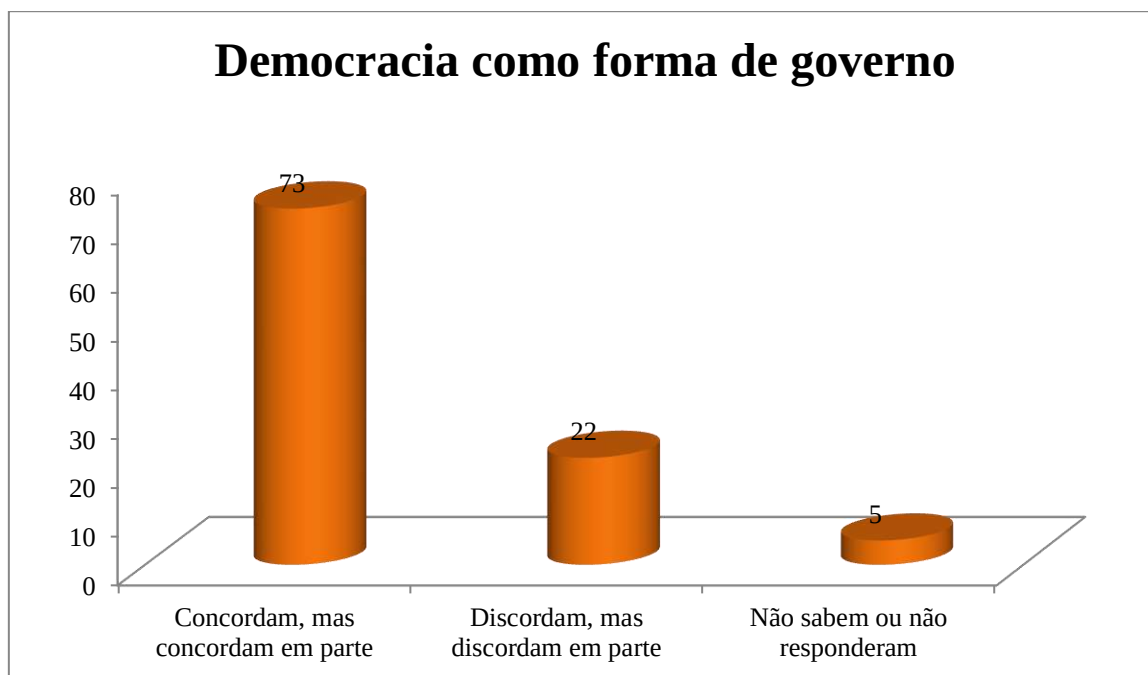


Figura 4. Democracia como forma de governo. Fonte: pesquisa do IBOPE Inteligência 7 dez 2015 em parceria com a *Worldwide Independent Network of Market Research* (WIN)

Apenas 15% dos brasileiros estão satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil de acordo com a pesquisa do IBOPE Inteligência que é realizada anualmente com a população acima de 16 anos desde 2008. Esse é o percentual mais baixo desde o início da pesquisa. Antes disso, o menor nível registrado havia sido em 2013 no período pós-manifestações, quando 26% estavam satisfeitos com a democracia. Assim, em 2015, a insatisfação dos brasileiros com a democracia no país chega a 81% da população, dos quais 45% estão nada satisfeitos e 36%, pouco satisfeitos, superando os níveis de 2013, que também eram os mais altos até o momento (40% pouco satisfeitos e 29% nada satisfeitos).

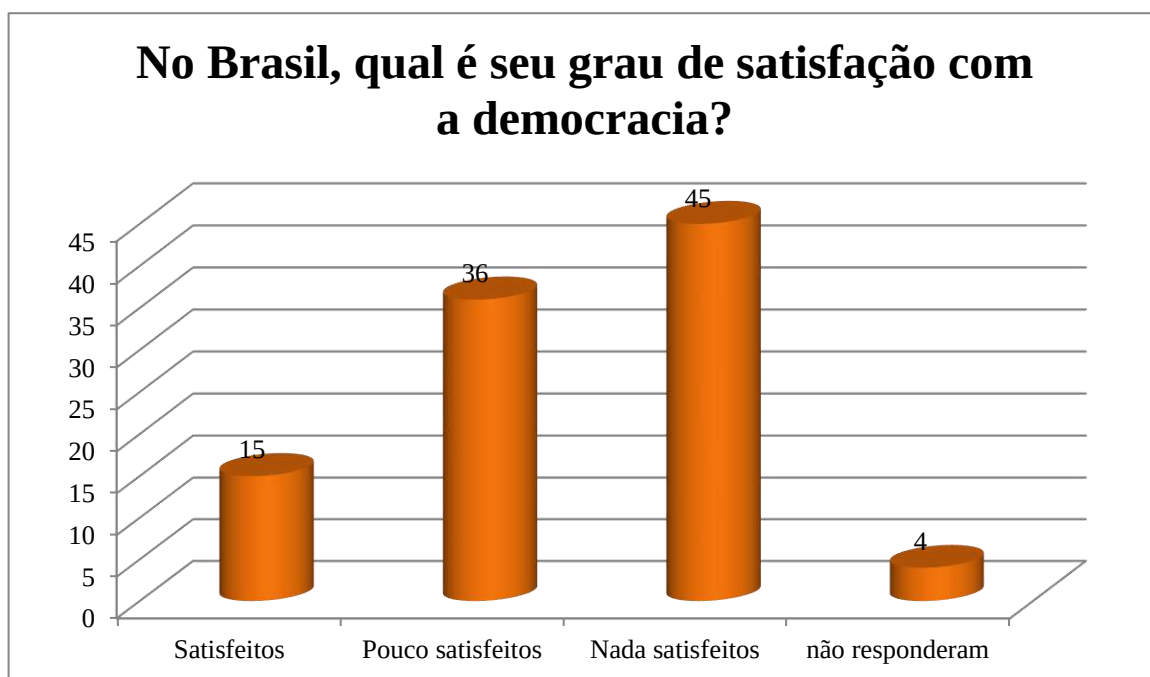


Figura 5. Satisfação com a democracia. Fonte: Pesquisa IBOPE 24 set 2015.

O Brasil, historicamente, é marcado pela incidência de diversos movimentos sociais, desde os primeiros grupos que almejavam a independência do país até as atuais manifestações de luta pela não violência aos animais, como podemos localizar nas ações dos movimentos hodiernos de liberação animal. No campo político, observam-se vários deles e as diversas repressões sofridas no século XX por movimentos que clamavam pelo direito a terra e moradia, que motivou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido pela sigla MST, a buscar a implantação da reforma agrária no Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu em 1997 com a necessidade de organizar a reforma urbana e garantir moradia a todos os cidadãos. Organizado nos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, coloca-se como um movimento de caráter social, político e sindical. O MST fez uma avaliação interna em que reconheceu que seria necessária uma atuação na cidade além de sua atuação no campo. Dessa constatação, duas opções de luta se abriram: trabalho e moradia.

Outro movimento que surgiu foi o Fórum Social Mundial (FSM)¹⁰, um evento organizado por influentes grupos sociais de diversos continentes preocupados com o rumo político, social e econômico do mundo globalizado, com objetivo de formular

¹⁰ Trata-se de um evento [altermundialista](#) organizado por [movimentos sociais](#) de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

alternativas para uma transformação social global com o slogan “Outro mundo é possível”.

Esse movimento abriu um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal, passando a construir alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

No entanto, as críticas apresentadas no FSM também proporcionaram a emergência de outros movimentos iniciados na segunda metade do século XX, como por exemplo, movimentos feministas, sindicais e estudantis. Com um discurso intelectual, filosófico e político, o Feminismo tem como escopo a proteção aos direitos iguais e legais às mulheres. Envolve diversas teorias e filosofias, todas pautadas e relacionadas às diferenças entre os gêneros, e intercedem a igualdade para homens e mulheres e seus interesses. De acordo com Maggie Humm e Rebecca Walker, citado por Marques (2014), a história do feminismo pode ser dividida em três "ondas". A primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX, a segunda nas décadas de 1960 e 1970, e a terceira contemplou a década de 1990 em diante.

A primeira onda se refere a uma grande atividade feminista desencadeada no Reino Unido e nos Estados Unidos. Neste momento deu-se início a busca pela igualdade de direitos com os homens. As mulheres se sentiam muito desfavorecidas em diversos aspectos, pois eram submetidas à casamentos arranjados, tinham maiores dificuldades em adquirir propriedades, existia diferenças de escolhas e contratuais (ALVES, 1991).

Em continuidade à primeira onda, na segunda as mulheres já se organizavam melhor e reivindicavam seus direitos, porém neste segundo momento a preocupação delas perpassava dos direitos políticos, para se preocuparem mais com o fim da discriminação para uma completa igualdade entre os gêneros (MARQUES, 2014).

Entretanto na terceira onda feminista, foi notório os questionamentos internos, procurou contestar as definições essencialistas das mulheres por privilegiarem as mulheres brancas e de classe média-alta. As mulheres negras e de classes inferiores passaram a buscar sua identidade e a questionar essas diferenças com o padrão branco de classes elitistas. Esse feminismo da diferença, argumentava que haveria sim diferença significativa entre os gêneros e que deveriam ser compreendidas e respeitadas (ALVES, 1991).

As reivindicações decorrentes dos movimentos sindicais foram os inauguradores dos movimentos sociais e continuam se fazendo presentes. No caso

brasileiro, é possível localizar sua presença em diversos momentos da história, desde a emergência da Confederação Operária Brasileira (COB), no final do século XIX, passando pela Ditadura Militar do Brasil, iniciada no século seguinte, até o seu fim em 1985, fazendo surgir várias lideranças políticas, sendo que, provavelmente, a mais famosa delas é a do ex-sindicalista que virou presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

O movimento estudantil ligado à área da educação, no qual os atores são os próprios estudantes, caracteriza-se por ser um movimento policlassista e constantemente mutante - já que o corpo discente é renovado periodicamente nas instituições de ensino. No entanto, é importante destacar que o movimento estudantil, somado aos movimentos antiglobalização, formaram o Movimento Passe Livre (MPL), o Centro de Mídia Independente (CMI) e as rádios independentes na última década do século XX, possibilitando uma articulação pelas redes virtuais que culminaram com as manifestações de junho de 2013.

Em junho de 2013, no Brasil, o movimento estudantil organizou-se juntamente com vários outros setores da sociedade em busca da ética na política e contra a corrupção no país, ocorrendo passeatas e manifestações em diversos Estados, não reproduzindo exclusivamente um padrão clássico do conflito de classes, recorrentemente apresentado pelas abordagens marxistas, pois as contradições agora são de ordem política muito mais pautadas em valores, saberes e poder do que em reivindicações negociáveis.

Nas reivindicações em relação à modificação dos espaços urbanos, percebe-se como certas cidades brasileiras, dentre as quais vale destacar o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, escolhidas como cidades sedes da Copa do Mundo no Brasil, estão construindo sua infraestrutura negando os direitos mínimos da população consagrados pelo Estatuto das Cidades¹¹ de forma absolutamente antissocial sendo este um dos panos de fundo das manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) que permearam as capitais brasileiras.

O número de carros nas cidades brasileiras tem aumentado, enquanto as condições daqueles que usam o transporte público pioraram e parte do aumento de custos nessa área está ligada ao crescimento do número de veículos que contribuem com a diminuição da velocidade do transporte público urbano.

¹¹ Esse estatuto é regido pela Lei n. 10257 de 10 de julho de 2001, a qual estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, LEI 10257, 2001).

Assim, estudantes fizeram eclodir reivindicações por melhorias no transporte público urbano desejável, mas difícil de ser efetivado pelas prefeituras; um exemplo disso foram as manifestações que visavam questionar o aumento da tarifa em R\$ 0,20 (vinte centavos), além de somar as propostas de passe livre estudantil, também consideradas como reivindicações.

2.7 Os movimentos sociais no contexto do Espírito Santo

Os movimentos sociais do ano de 2013 repercutiram em todas as capitais brasileiras, sendo eles devidamente planejados e estabelecidos por manifestantes que objetivavam chamar a atenção do governo para os problemas sociais que afloravam o país. De um contexto nacional mais amplo, esses movimentos adentraram-se a regiões menores, atingindo, além das regiões metropolitanas, cidades interioranas em diversos estados brasileiros.

No estado do Espírito Santo essa situação não fora diferente, ou seja, os manifestantes organizaram-se por meio de grupos em diferentes municípios e, em dia e horário marcados, partiam para determinado ponto central da cidade, próximo a instituições ligadas a governo, como Assembleia Legislativa e Ministério Público.

As manifestações desse período no estado capixaba tiveram grande representatividade e repercussão no âmbito dos municípios que compõe a Região Metropolitana de Vitória, qual seja: Serra, Vitória (a capital), Viana e Velha Velha. Nos municípios do interior também ocorreram manifestações, no entanto, em uma abrangência pouco representativa. Por isso, no contexto desta pesquisa, delimitou-se como ambiente de pesquisa, apenas, a região central que serviu como ponto de encontro das diversas passeatas que saíam de diferentes locais da região metropolitana, qual seja: a entrada da Terceira Ponte em Vitória, local onde se situam renomadas instituições públicas, como Assembleia Legislativa, Ministério Público, Corpo de Bombeiros, dentre outras.

Por conseguinte, aproximadamente 300 manifestantes ocupam a Assembleia Legislativa do ES (ALES), a partir daí levantou-se a possibilidade de negociações e um olhar mais criterioso pelo Estado acerca das reivindicações. O fato ocorreu sob confronto violento com a polícia, no dia 02 de julho após a falta de respostas concretas por deputados quanto ao cancelamento dos contratos com a empresa RODOSOL responsável pela cobrança, que vinha sendo um dos grandes alvos das manifestações. Esta ocupação contou com a presença de grupos heterogêneos e duraram 10 dias; uma lista com 10 pontos principais de reivindicações (Quadro 1).

Quadro 1. LISTA DE REIVINDICAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA ALES DE 2013

Nº	REIVINDICAÇÕES
1	Votação do Projeto de Decreto Legislativo que acaba com o pedágio da Terceira Ponte
2	Corte de ponto dos 15 deputados que faltaram as três últimas sessões;
3	Criação de espaço físico para implantar Grupo de Acompanhamento Legislativo (GAL);
4	Retirada dos vidros das galerias do Plenário;
5	Liberação do uso de bermudas, camisetas e chinelos nas dependências da Assembleia;
6	Instalação da CPI do Pó Preto;
7	Instalação da CPI do Transcol;
8	Participação de um membro da ocupação na auditoria do contrato da Rodosol com governo;
9	Não eleição do deputado Sergio Borges (PMDB) ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado;
10	Reunião com o governador Renato Casagrande.

Fonte: <http://www.gazetaonline.com.br> 13 jul. 2013.

De todas essas reivindicações a única que obteve resultado, parcial, foi a redução do pedágio pela metade, então os protestos voltaram às ruas.

De acordo com Losekann (2014), os protestos iniciaram-se no dia 17 de junho na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Assim como em outras cidades, as manifestações de rua passaram a ocorrer semanalmente durante um mês, período no qual confrontos com a polícia incidiram em vários momentos. Em menor frequência, as manifestações de rua continuam no decorrer dos dias seguintes e tinham como base de sustentação diversas críticas às formas de governar até então adotadas pelo Estado naquele momento.

Para Foucault (1997), o estado moderno caracteriza-se pelas transformações que ocorreram nas formas punitivas dos suplícios, as quais deram lugar a uma suavidade dos castigos, ocorrendo o deslocamento da punição sobre o corpo, implicando em um novo regime de poder, em um emaranhado de saberes, técnicas e discursos científicos, que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir. Sendo assim, o regime de poder disciplinar produz saberes que estrategicamente vai

servir de mecanismo para moldar o comportamento dos indivíduos. Desse modo, os espaços a serem construídos são determinados por modelos que possibilitam o vigiar dos indivíduos para controlá-los e para discipliná-los.

Vê-se, aqui, que mesmo diante de um sistema denominado por Foucault de disciplinador, os ideais de democracia colocam o cidadão como prioridade, de modo que, eles tenham direitos de realizar reivindicações (Figura 6) caso não concorde com as decisões tomadas pelo Estado.



Figura 6. Manifestante em caminhada rumo à manifestação em Vitória/ES, ciente de seus direitos de protestar. Fonte: Losekann (2014).

Em termos de repressão e atos de violência, a manifestação que marcou o Espírito Santo foi a ocorrida em 19 de julho, ocasião em que as manifestações atingiram o centro histórico da cidade, conferindo às ruas labirínticas luso-coloniais um clima de guerra marcada pelo confronto violento entre manifestantes e policiais, que culminou na detenção de, aproximadamente, 68 pessoas (LOSEKANN, 2014).

Nesse ato, presenciaram-se atitudes, gestos e condutas, as quais podem confirmar a presença de pessoas adeptas ao movimento *Black Blocs*. À medida que a multidão caminhava rumo ao centro histórico, grupos com toucas na cabeça eram incorporados ao movimento. No ponto de convergência dos grupos, em frente à sede do Governo do Estado (palácio Anchieta), sujeitos com pedras nas mãos destruíram alguns monumentos e pretendiam invadir a residência governamental (Figura 7). De acordo com a pesquisa IBOPE de 24 junho de 2013, as depredações são vistas como injustificáveis para a maioria dos manifestantes como visto na Figura 8.



Figura 7. Durante manifestação social, movimento ganha adeptos do *Black Blocs*, conforme caracterização de jovem e escrita afixada em placa da região. Fonte: Losekann (2014).

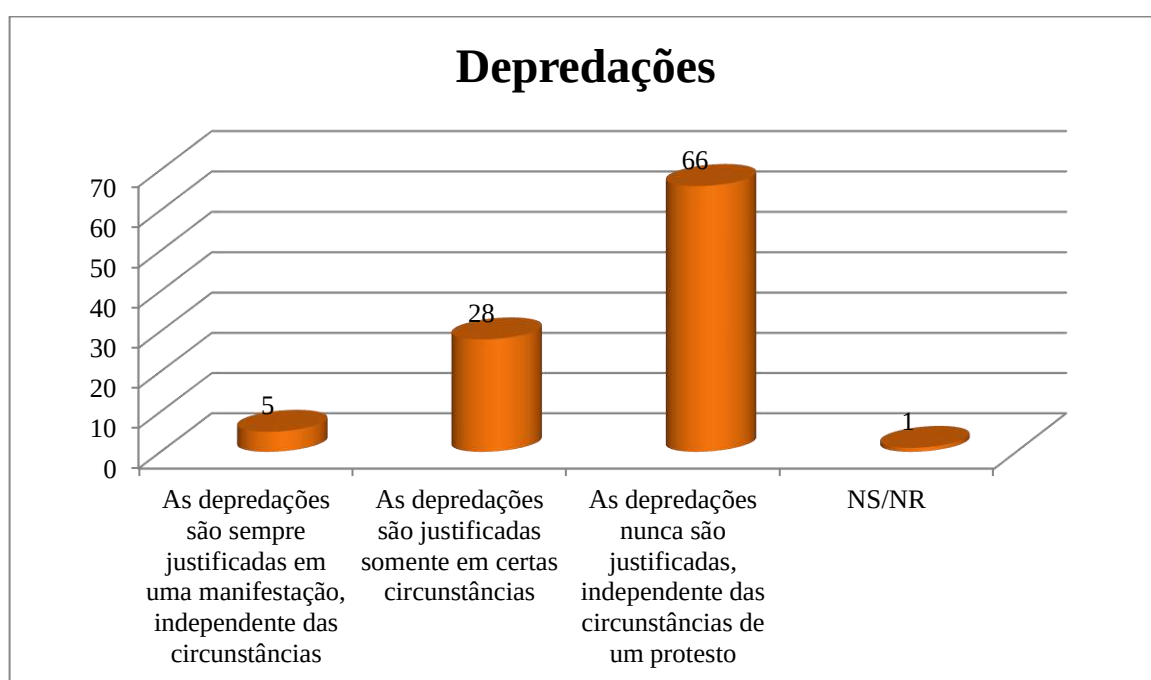


Figura 8. Qual destas frases melhor representa a sua opinião em relação a depredações de bens públicos e privados em manifestações? Fonte: Pesquisa IBOPE 24 jun. 2013.

Ainda assim em um questionamento mais opressor, quando levamos em consideração os excessos cometidos pelas forças policiais, a grande parte da população julga ser legal a forma de atuação; deixando claro como a governamentalidade é latente e já está enraizada, internalizada num discurso de normatização das condutas imposta pelo Estado para docilizar os corpos; como

podemos verificar na Figura 9 abaixo. Parte das manifestações observada nas ruas, em junho de 2013, é bom lembrar, iniciou na reação popular à violência policial, reproduzida e testemunhada nas redes sociais e meios de comunicação virtuais. A repressão policial inicialmente colocou todos os manifestantes num mesmo patamar, agindo de forma violenta contra a população e pode ser atribuída à forma de agir da máquina administrativa do País, máquina que não consegue atender minimamente às demandas por saúde, educação, segurança, transporte e justiça. Sem o atendimento a essas demandas, o Estado não se justifica.

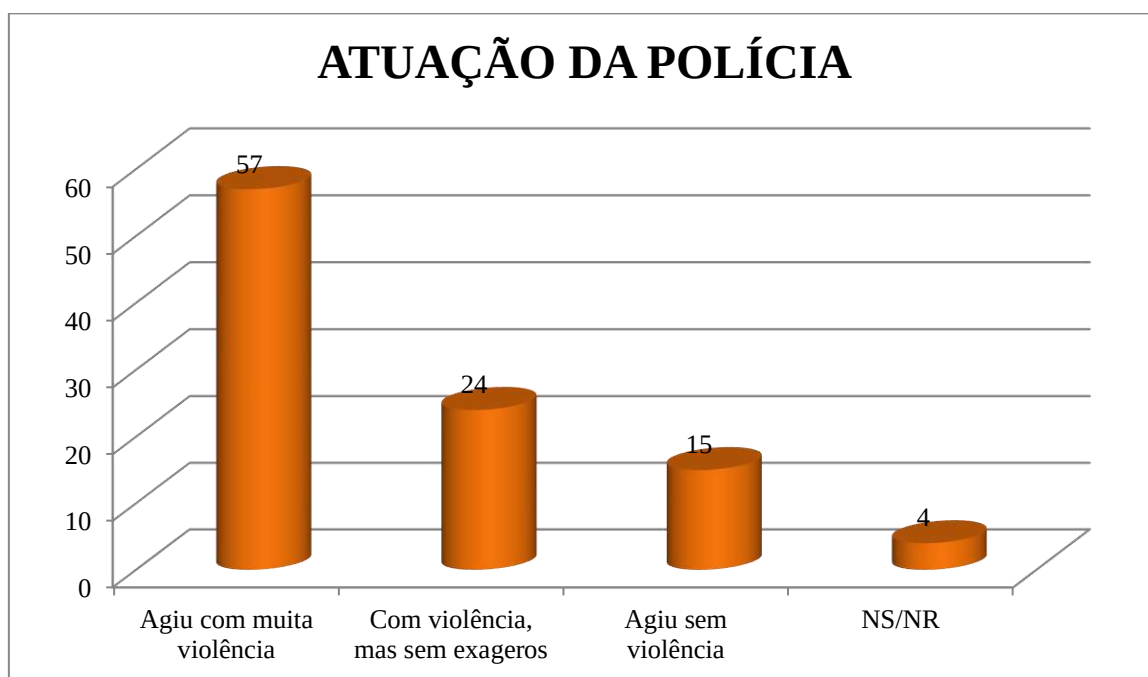


Figura 9. E pensando na atuação da polícia para conter as manifestações, você diria que de modo geral a polícia. Fonte: Pesquisa IBOPE 24 jun. 2013.

Contudo, é no dia 27 de julho de 2013 que, segundo reportagem publicada no dia posterior, em um jornal local, essa foi a maior manifestação social ocorrida em toda a história do estado, contemplando, aproximadamente, 100.000 mil pessoas que foram para as ruas protestar (A TRIBUNA, 2013), conforme visualizado na Figura 10.



Figura 10. Maior manifestação de todos os tempos em Vitória. Manifestantes cercaram a terceira ponte realizando travessia a pé rumo à Assembleia Legislativa do Estado, localizada em Vitória. Fonte: Losekann (2014).

Segundo o levantamento realizado por Losekann (2014), em Vitória, a tomada das ruas foi nomeada pelos seus próprios atores como “atos”, numerados na cronologia das suas realizações. Inicialmente, o “Movimento contra o aumento da passagem” organizou um ato em apoio aos ativistas de São Paulo.

Nesse primeiro ato cerca de 20 mil pessoas foram às ruas. As bandeiras extrapolaram as motivações de apoio ao Movimento Passe Livre em São Paulo e ganharam a diversidade de temas que caracteriza os protestos de 2013 de maneira geral em todo o Brasil. Sempre precedidos por “Assembleias Populares” os atos foram organizados e debatidos presencialmente além da mobilização via *facebook*.

Em Vitória, nas diversas manifestações ocorridas, o movimento estudantil esteve presente, principalmente por requerer a legalização do passe livre no transporte público, por estudantes universitários (Figura 11).



Figura 11. Manifestante realiza pichação em muro demonstrando uma das reivindicações do movimento estudantil. Fonte: Losekann (2014).

Curioso destacar, outrossim, a reação do Estado, ao convocar a força policial para conter as manifestações. Observa-se, nesse contexto, que o Estado estabelece, através de suas entidades e instituições, aqui representadas pela ação policial, medidas que visem pacificar as relações, o que pode caracterizar um processo de docilização, assim como apontou Foucault (2007). As polícias, tem o papel de assegurar o correto comportamento social, onde paradoxalmente se utiliza do medo e da vigilância da conduta dos indivíduos e da massa para garanti-la. Ainda citando o autor, o poder disciplinador tem como intuito adestrar os indivíduos e consequentemente capturar e se apropriar deles. Tal poder disciplinar incide no processo de construção da cultura para fabricar corpos “dóceis” e submissos, pretendendo potencializar suas forças em aspectos econômicos de serventia e reduzi-las em termos de obediência como instrumento de dominação.

Nas mais diversas sociedades o corpo está aprisionado ao interior de poderes que lhe impõem proibições, limitações e obrigações, praticados através do controle e coerção pelo emprego da disciplina. Controlando as atividades do indivíduo, os horários, os gestos e atitudes para o bom emprego do corpo com relação aos objetos, como o policial e seu escudo (Figura 12).

Portanto, nota-se então que o poder de disciplinar apontado por Michel Foucault amparam a sujeição de uma ideologia dominante. O sujeito assume uma posição de submissão, a partir daí ocorre um reconhecimento mútuo entre os corpos, e por fim uma garantia integral de que tudo “está bem assim do jeito como está”.

Nas Figuras 12 e 13, percebemos a defesa do estado por meio da ação policial, impedindo a passagem de manifestante. Com base na figura, constata-se, *a priori*,

uma tentativa de adestramento dos manifestantes, sem utilização de medidas punitivas rigorosas, com uso da força ou demais atos de violência por parte da polícia.



Figura 12. Ação policial pacificando as ações dos manifestantes. Fonte: Losekann (2014).



Figura 13. Policiais formam bloqueio haja vista proteger instituição pública e disciplinar os manifestantes. Fonte: Losekann (2014).

Embora se caracterize como uma medida de docilização, haja vista, adestrar aqueles que estavam em situação de protesto, é importante mencionar que essa estratégia é diferente do que se apresenta em outras tecnologias de docilização, como acontece no contexto prisional.

Neste processo de adestramento dos corpos, é fundamental ter claro quais são os recursos necessários para que ocorra seu funcionamento e traga sempre resultados aos interessados. Logo, o poder disciplinar tem como objetivo “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos”, e a partir daí, fabricar indivíduos obedientes

(FOUCAULT, 1997, p.164). A disciplina é um tipo de poder, torna os indivíduos meros objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do seu próprio exercício. Para o autor (1997, p. 164), são três os instrumentos responsáveis pelo sucesso do poder disciplinar: “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.

Aqui, tem-se uma atitude policial no sentido de proteger o patrimônio público das ações dos manifestantes. Contudo, a linguagem transmitida pelos policiais era a de proibição de ultrapassar a barreira, o que não deixa de ser uma medida disciplinadora, característica do Estado Moderno, conforme refletido na obra de Foucault (2007).

3. METODOLOGIA

Toda pesquisa científica deve ser desenvolvida em conformidade com um método específico que assegure a consistência da pesquisa, tornando-a passível de confiabilidade e credibilidade quando posta em julgado. Por meio do método, é possível traçar as linhas norteadoras de análise, bem como evidenciar o desenvolvimento e abertura para discussões do que está sendo investigado na pesquisa.

É graças ao método científico que a pesquisa se torna apreciada e digna de reconhecimento, daí o caráter instrumental da metodologia, pois ela adquire o nível de típica discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência, "[...] sendo algo instrumental, dos meios, não tem propriamente utilidade direta, mas é fundamental para a 'utilidade' da produção científica. A falta de preocupação metodológica leva à mediocridade fatal" (DEMO, 1995, p. 12).

No sentido vulgar da palavra metodologia depreende-se a condução, o caminho a ser utilizado por alguém para se atingir uma proposta anteriormente formulada. E é justamente com esse sentido que a metodologia científica, norteadora da produção acadêmica, constitui-se. Nesse aspecto, infere Lakatos e Marconi (1991, p. 40) que:

[...] a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Por meio de levantamentos em pesquisas já realizadas e validadas, e, a partir da investigação de uma atual realidade, as pesquisas acadêmicas vão se consolidando, estimulando a produção de novos conhecimentos na sociedade.

Com essa mentalidade, esta dissertação se desenvolveu, metodologicamente, numa pesquisa em fontes secundárias com base em um levantamento bibliográfico e pesquisa hemerográfica, procurando mapear tanto os artigos científicos publicados sobre esses eventos quanto demais textos e fotos publicados nos meios de comunicação de grande circulação no Estado.

Complementando com uma pesquisa nacional feita pelo IBOPE Inteligência, com o objetivo de levantar informações sobre o perfil dos participantes e o que querem os manifestantes que ocuparam as ruas do Brasil. A pesquisa foi feita em 8 capitais

do Brasil, numa quinta-feira, dia 20 de junho de 2013. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e intervalo de confiança de 95%. Segundo o Ibope, as entrevistas foram feitas por uma equipe de entrevistadores treinada para abordagem deste tipo de público, sendo que os pesquisadores não indicaram alternativas a serem respondidas. Os manifestantes entrevistados citaram três reivindicações para estarem nos protestos e os dados foram tabulados de duas formas: considerando apenas a primeira resposta e levando em conta as três dadas.

Para compreender de uma melhor maneira como o Estado observa essas manifestações, utilizamos de uma entrevista acadêmica semiestruturada¹² com o Subsecretário de Integração Institucional da Segurança Pública do Espírito Santo, responsável pelo gerenciamento das ações de Estado empregadas nas manifestações com intuito de verificar como são apresentados os discursos acerca das atuações policiais e dos atos dos manifestantes.

3.1 Modalidades e técnicas da pesquisa

Conforme analisado, o método compreende uma das características cruciais da pesquisa científica. Esse método (científico) deve ter fundamentos comprobatórios que justifiquem a conclusão das ideias apresentadas e alcançadas. Desse modo, tendo em vista adequar cientificidade aos procedimentos das pesquisas, a literatura reconhece diversas formas ou tipologias de pesquisa.

Nessa ambiência, é bem-vinda a contribuição de Andrade (2001, p. 121) quando descreve que a “Pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”.

Assim, quanto aos procedimentos de mensuração, esta pesquisa é categorizada como de natureza quali-quantitativa, uma vez que se usa concomitantemente métodos e técnicas qualitativas e quantitativas para a coleta, interpretação e análise dos dados.

¹² Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

3.1.1 A pesquisa exploratória e bibliográfica: Primeira etapa da pesquisa

Propõe-se realizar uma pesquisa de caráter exploratório, que segundo Gil (2002, p. 41) tem como objetivo

[...] proporcionar mais familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos variados aspectos ao fato estudado [...].

Segundo o mesmo autor, o método exploratório constitui o primeiro momento de uma pesquisa bibliográfica, em que são destacadas todas as fontes utilizadas como argumentação das ideias propostas.

Quanto aos procedimentos técnicos, sugere-se uma pesquisa bibliográfica. Gil (2002, p. 44) diz que “[...] A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”.

Esclarece Vergara (1995) que essa modalidade de pesquisa constitui o primeiro momento de qualquer pesquisa científica, uma vez que é realizada pelo pesquisador a análise do que já foi publicado sobre o assunto. Ademais, os procedimentos que compõem essa forma de pesquisa é a seleção das fontes, constituídas a partir de sua delimitação no tempo e no espaço, seguida de leitura, reflexões e resumos das obras selecionadas, listando os trabalhos já realizados e os resultados alcançados.

3.1.2 A entrevista semiestruturada: Segunda etapa da pesquisa

Ao tentar determinar e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semiestruturada lançamos mão de autores Manzini (1990/1991). Levando em consideração a entrevista semiestruturada, tivemos a preocupação na formulação de perguntas que seriam fundamentais para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003). Esse tipo de entrevista faz com que as respostas sejam menos padronizadas e sistemáticas, surgindo informações de maneira mais voluntariosa. Tal entrevista semiestruturada está sempre centralizada na matéria sobre o qual realizamos um roteiro sob a forma de um questionário com perguntas principais, podendo ser complementadas por outras perguntas devido às circunstâncias momentâneas. O roteiro serve para que o pesquisador se organize para o processo de interação com o entrevistado e para coletar as informações mais básicas. Seguindo essa linha teórica fenomenológica, o objetivo foi atingir com maior clareza as

descrições dos fenômenos sociais. Por isso as perguntas descritivas foram escolhidas por ter grande importância para o esclarecimento da visão do Estado numa abordagem conceitual e significativa dos movimentos sociais.

3.2 Ambientes e sujeitos da pesquisa

O ambiente de pesquisa é a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo localizado na Região Sudeste do Brasil. O município é formado por uma ilha principal, várias ilhas menores no seu redor e uma porção continental situada ao norte, perfazendo uma área de 98,194 km². Vitória possui cerca de 352.104 habitantes (IBGE - Estimativa populacional de 2014).

Os o ponto de encontro dos movimentos sociais de junho de 2013 foi a região localizada no entorno da assembleia legislativa, pela sua representação física do Estado, sendo alvo de ataques e invasão. Este local era estratégico para as manifestações por ser um ponto de congruência com o município de Vila Velha através da Terceira Ponte, que teve a praça de seu pedágio como alvo de ataques pela reclamação de cobrança abusiva do mesmo.

Por se tratar de um conflito com lados e interesses próprios, procurando a imparcialidade como motivador principal; ouvimos os discursos dos representantes do Governo do Estado, o Subsecretário de Integração Institucional da Segurança Pública do Espírito Santo, responsável pelo gerenciamento das ações de Estado empregadas nas manifestações e as vozes da manifestação popular traçando um perfil a partir de informações levantadas por periódicos, revistas, jornais e mídias independentes do Espírito Santo que cobriram em tempo real todos os desdobramentos das manifestações.

3.3 Procedimentos de coleta e apresentação de dados

Procurando adequar as perguntas para compreender a visão de representantes do Estado diante das manifestações, o questionário ateve-se à coleta de dados sobre aspectos relacionados ao processo de gestão de conflitos nos movimentos sociais e a compreensão das condutas assumidas pelo Estado diante das investidas dos manifestantes, considerando todas as nuances que podem estar relacionadas a essa forma de gestão. O questionário foi composto por dezessete perguntas, sendo sete com opções dicotômicas¹³ e uma de múltipla escolha. Também foram elaboradas seis

¹³ São as que apresentam apenas duas opções de respostas, de caráter bipolar, do tipo: sim/não.

perguntas contendo os seguintes conceitos: movimentos sociais, *Black Blocs*, política, segurança pública, violência policial e crime. Assim, esperamos delinear com esses questionamentos o modo como o Estado lida com esses conceitos no desenvolvimento das manifestações e de que forma isso incide nas decisões governamentais, sobretudo, no que se refere às ações no campo da segurança pública. A resposta obtida da entrevista está ilustrada no Quadro 2 abaixo:

QUADRO 2. LOCALIZAÇÃO DO PODER NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013

PERGUNTA 1
Quem o Senhor considera ter maior poder nas manifestações sociais no ES? () A mídia corporativa () O governador (x) A população () A mídia independente
RESPOSTA
A população teve um maior domínio, pela primeira vez, ela até mesmo nessas manifestações de 2013 porque ela foi o início no Brasil do cenário de várias manifestações que ocorreram em diversos países europeus, da Ásia e do Oriente que foram estabelecendo esse caráter das manifestações. São manifestações já de uma nova era da globalização, da comunicação, da rede social, ou seja, que há uma convocação rápida, célere e espontânea. Esse é o que há de novo nesse cenário, a população é quem tem mais domínio do que qualquer outro, mais que o governo do que em determinadas situações específicas, eu acho que é a própria população que determina o <i>start</i> e o <i>insight</i> para o início e para o teor dela.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 3. POSICIONAMENTO A RESPEITO DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013

PERGUNTA 2
O Senhor é a favor das manifestações como forma de reivindicação? (x) Sim () Não

RESPOSTA
Bem, eu acho que é a expressão mais legítima da democracia, então eu acho que é uma consolidação da democracia onde se tem a oportunidade que a maioria possa se expressar e formar um coro único, quebra aquela coisa da representatividade com cenários políticos. Nossa representatividade política e o próprio povo consegue exprimir sua vontade de maneira coletiva e rápida.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 4. CARÁTER PACÍFICO DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013

PERGUNTA 3
De uma maneira geral, O Senhor considerou as manifestações de 2013 manifestações pacíficas? (x) Sim () Não
RESPOSTA
Bem, elas tiveram propósitos pacíficos, nas de 2013 nós tivemos o primeiro embate entre Segurança Pública e manifestação, então nós tivemos uma reação em cadeia, ela começou pacífica e ela terminou de forma anárquica. Então o percentual disso num montante de 100% eu acredito que é a maioria, acho que 90% dela ou mais foi pacífica. São pessoas que quiseram o bem, mas as de 2013 elas impulsionaram também o anarquismo, os grupos apolíticos e criação de oportunidade de manifestações pelo uso da força também, mas de uma maneira em geral elas foram pacíficas.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 5. AÇÃO DOS POLICIAIS E SEUS PROTOCOLOS

PERGUNTA 4
A ação dos policiais seguiram os protocolos existentes? (x) Sim () Não
RESPOSTA
Eu acho o seguinte, primeiro que no caso do Brasil, no período pós-ditadura, depois das manifestações das “diretas já” em 1984, que o pessoal de cara

pintada, essa era uma fase de transição o pessoal ainda estava caminhando por uma área de nós termos uma nova Constituição Federal, essas manifestações eram uma grande incógnita de como iriam se portar as policias com relação a isso. Eu acho que o diferencial é que os temas foram tratados de forma menos integradas, então teve uma atuação especifica da PM, mostrou que era uma atividade que requereria uma atenção integrada de todos, então no primeiro momento eu acho que as policias não souberam dialogar com esses movimentos. Nós tivemos o episódio lá de São Paulo que foi o estopim, que o pessoal agiu com agressividade, então a coisa não começou muito boa, eu acho que tinha uma questão ainda em cheque pelo lado da população de compreender de como a polícia se comportava de forma ditatorial de forma opressiva ou seria por parte dos policiais também seria um ataque às instituições. Eu acho que foi um momento de conhecimento teve episódios bacanas e a polícia foi sabendo trabalhar ao longo do tempo. Até o momento sim, a ação da polícia seguiu os protocolos, mas se eles eram os protocolos ideais, talvez não, mas eles seguiram os protocolos existentes, agora esses protocolos, eu acho que nós aprendemos muito com as manifestações no caso do ES essas novas manifestações a gente já trabalha e já se antecipa a elas, tem o acompanhamento dos grupos, tem o diálogo com os grupos, tem integração das instituições que vão participar de uma gestão de crise; esse é um diferencial que a gente vai aprendendo ao longo do tempo.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 6. AÇÃO DOS POLICIAIS ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS

PERGUNTA 5
Quais os protocolos utilizados nas ações de contenção dos manifestantes?
Quais foram as estratégias e técnicas utilizadas?
RESPOSTA
Antes tinham os protocolos de distúrbios civis, mas sempre com o foco única e exclusivamente na PM, hoje você não pode preparar uma manifestação sem ouvir os Bombeiros, sem entender que não precisa ter SAMU, que tem que ter o Bombeiro no caso da defesa social, da defesa civil e todos os órgãos, as polícias, outras entidades tem que estar todo mundo no seguimento pra

entender o seguinte, que a sociedade como um todo, a forma de manifestação coletiva ela abraça o universo maior do que propriamente você se preparar, tipo assim, para impedir que o pessoal quebre a Assembleia, por exemplo, tem que entrar numa manifestação dessa e saber que pode ter muitas pessoas concentradas, que pode ter uma catástrofe, um desastre, que o pessoal vai passar, atravessar a 3ª Ponte, então o pessoal tem que se preparar pra isso; controle de fluxo de veículos, então é uma operação complexa que eu acho que nunca havia tido essa preocupação pelo menos no cenário capixaba.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 7. EXCESSOS E DIREITOS HUMANOS

PERGUNTA 6
O Senhor considera que houveram excessos nas ações policiais, no tocante dos direitos humanos? (x) Sim () Não
RESPOSTA
Veja bem, eu acho que exemplos foram flagrados né, nós vivemos o momento da mídia, onde todo mundo tem um telefone, então há a oportunidade de tornar esses atos transparentes pra população, antes a coisa ficava no submundo, porém hoje isso acabou. Aconteceram atos que atentam contra os direitos humanos, agora de ambas as partes houveram os excessos, mas eu acho que o diferencial, eu volto a falar, é que essas coisas passaram a ser mais claras. Então você consegue ver de diversos ângulos, não só o ângulo da imprensa, que de repente está ali, mas o do cidadão e da própria polícia; esse foi o diferencial.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 8. MÍDIA CORPORATIVA E OPINIÃO PÚBLICA

PERGUNTA 7
A mídia corporativa (rádio e TV) tem capacidade de influenciar a opinião pública? (x) Sim

() Não
RESPOSTA
Tem capacidade de influenciar sim e veja bem ela acaba exercendo esse papel, seja pela sua audiência, seja ela pela sua respeitabilidade, se ela tiver um propósito de focar determinada situação, elas influenciam sim. Vamos supor um fato, morreram cinco pessoas em uma manifestação, mas se você falar que morreu Fulano, chefe de família e explorar isso, botar muita emoção, já vai dar outra conotação.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 9. BLACK BLOCS SÃO CONSIDERADOS INFRATORES

PERGUNTA 8
Os manifestantes que utilizam as técnicas <i>Black Blocs</i> para que as manifestações possam ter prosseguimento podem ser considerados infratores?
(x) Sim
() Não
RESPOSTA
Sim são considerados infratores, a gente lida no dia a dia com atos de incivildades, atos de desrespeito, estacionar em local proibido, danificar um patrimônio, urinar na rua, então você vive com atos de incivildades. Agora esses atos de incivildades quando eles se juntam e começam a atacar alvos que eram como se fosse o sistema financeiro, bancos, eles praticam danos ao patrimônio público e privado estão praticando crimes. É uma infração e a gente viu ai que o cenário nacional, que culminou com a morte do repórter. Mas se eu fosse pegar o fato até então as futuras manifestações esse episódio ele uniu toda a mídia fazendo força contra os <i>Black Blocs</i> tanto que depois disso ai a gente só teve manifestações pacíficas, mas aquele foi o divisor de águas, mas aí nos vemos o poder da mídia, então ele quebrou os <i>Black Blocs</i> que tinham uma organização, que tinham um centro de criações espontâneas, é o princípio da oportunidade, junta a rebeldia da juventude, mostrou jovens de classe média, é uma catarse coletiva todo mundo entra em transe naquele momento e foi algo preparado organizado.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 10. *BLACK BLOCS* NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 9
Qual o seu conhecimento sobre os <i>Black Blocs</i>? Como o Senhor definiria suas ações? E as ações policiais?
RESPOSTA
Eles nasceram e ficaram caracterizados por aquela questão da marca do <i>anonimus</i>; e eles falaram o seguinte, é o símbolo da anarquia, da rebeldia, do apolítico, que não respeita governo, que não respeita nada, que vive uma vida livre de tudo; mas eu acho que eles surgiram como fruto também desse momento globalizante, então não é uma experiência doméstica nossa, nem é capixaba nem brasileira é mundial e eu acho que é fruto da falta das oportunidades que os jovens estão tendo, daquela coisa de não ter apego a nada, eu acho que é o somatório de condicionantes sociais, psicológicas, num universo que a gente vive, num ambiente familiar, de trabalho, de estudo; eu acho que é um somatório de coisas que são condicionantes que levaram a isso, aí eu acho que o maior motivo é aquela coisa da rebeldia. Aqui no caso do modelo capixaba teve alguns partidos políticos ultrarradicais que também impulsionaram esse movimento. Eu acho assim pra ser tratado como <i>Black Bloc</i>, o nosso movimento não tem uma característica de movimento organizado. As ações policiais tem que ser definida quanto à questão do confronto, quando houve, a gente pôde observar através dessa tensão tanto da população, de grande maioria pacífica e dessa atenção midiática, seja pela mídia corporativa seja por todo o acesso que nós temos hoje eu acho que os excessos foram controlados, então o pessoal trabalhou dentro do protocolo, mas os excessos foram vistos, a polícia nos momentos de confronto pode ver que houveram realmente ações de ambos os lados.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 11. MOVIMENTOS SOCIAIS NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 10
Como o Senhor definiria os movimentos sociais?
RESPOSTA

Eu acho os movimentos sociais hoje, a gente nota que o pessoal captou que é uma forma de você expor, contrapor e propor algo diferente no nosso universo político, você tem a perspectiva de reunião das massas, esses movimentos sociais eu entendo que hoje a população está sensível por isso. Então a gente tem movimentos sociais que tiveram ligações de cunho político nos seguimentos, no campo, com o “Sem Teto”, o MST, de igrejas, mas eu acho que hoje, falar de movimentos sociais, no contexto de manifestação social é algo muito mais amplo. Eu acho que a gente não tem um domínio ou um protagonismo de um grupo ou de outro. Eu acho que vai ser o momento, as circunstâncias e que esse estopim já foi incendiado dentro de cada um, então hoje todo mundo na forma de se manifestar, o pessoal já entendeu que é um direito uma responsabilidade que o cidadão que quer obter mudanças ele tem que também dar sua contribuição parece que é um sentimento que nos move, não vou ficar aguardando que vai ser pacífico ou que alguém irá fazer por mim, então eu vou fazer.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 12. POLÍTICA NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 11
O que o Senhor entende por política?
RESPOSTA
Bem, eu entendo por política, que política é o que dá o direcionamento de todos esses anseios e vontades. São o equilíbrio entre o que é direito e deveres, nossas conquistas; é a política que vai determinar isso. Falando <i>stricto sensu</i> , a política que seria a forma de governar, de fazer a gestão do todo para que a gente possa viver em sociedade. É o que nos move, é o que dá o senso de organização e ela é superimportante, então dizer que não acredito na política pode ser que a gente não acredite na pessoa que está ali, mas não há país desenvolvido que não tenha se desenvolvido pela sua política. Política <i>lato sensu</i> envolve tudo, política geral, que a gente desenvolve, a política da boa vizinhança, de viver em sociedade e política do conhecimento; é uma forma muito ampla, no meu entender é o arcabouço de orientação para a vida em sociedade.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 13. SEGURANÇA PÚBLICA NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 12
O que o Senhor entende por Segurança Pública?
RESPOSTA
Bem, Segurança Pública nos impõe que, também <i>lato sensu</i> , União, Estado e Municípios eles se coloquem como provedores de buscar uma qualidade de vida, o equilíbrio, respeito e tolerância entre os semelhantes; então Segurança Pública, tem esse condão realmente de ser um sensor do que pode e do que não pode. Então cabe a Segurança Pública, nesse universo, que às vezes não é apenas de crimes, por exemplo, se em uma manifestação, que você tem o direito de se manifestar, então se vai fechar, interromper, você vai fazer uma manifestação legítima, você está interrompendo uma via e a gente sabe que pode paralisar uma cidade; a Segurança Pública tem esse condão de ser realmente o grande sensor da vida em sociedade. Então não incide apenas no combate a violência, ela tem esse caráter de controle de realmente, de limites para que o individual não supere o coletivo.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 14. MOVIMENTOS SOCIAIS NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 13
O que o Senhor entende por violência policial?
RESPOSTA
A questão violência, você pode praticar um ato de violência, mas você ter outorga a legislação lhe condiz, se você em legítima defesa você matar terceiro, é uma violência estar matando, mas a violência policial se ela for usada pejorativamente o caráter violência como a gente observa no dia a dia, como ela é massificada, intensificada, a questão da violência parece que é uma consonante negativa, como se toda ação policial é violenta, mas não é; então violência policial quando praticada fora dos ditames da lei, do que é proposto, orientado e do que é treinado passa realmente a ser uma violência. Agora, nesses termos, não pode dizer que a polícia pratica violência.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 15. CRIME NA VISÃO DO ESTADO

PERGUNTA 14
O que o Senhor entende por crime?
RESPOSTA
Crime de no contexto literal, de que está exposto é um ato que está tipificado e que tem uma orientação do que é crime e do que não é crime. Então nós da Segurança Pública para nós, nós trabalhamos com o contexto da observação literal, do que está lá nos regramentos da legislação que estabelece o que é crime. Então a gente sabe que tem atos que poderiam ser tratados como criminosos, mas são legítimos, são suportáveis pelo ordenamento jurídico. Mas para nós a conduta criminal, hoje em dia não é dada o poder de fazer muita interpretação, nesse cenário principalmente quando você padroniza para atuação das intervenções das forças policiais, tem esse condão mesmo de saber o seguinte; para não ficar lá na vontade de um ou de outro, de achar o que é crime e o que não é crime. Então para nós vale o que é regrado pela lei.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 16. MANIFESTAÇÕES COMO MOVIMENTOS POLITIZADOS

PERGUNTA 15
O Senhor entende as manifestações populares como movimentos politizados? (x) Sim () Não
RESPOSTA
Estão é uma situação embrionária hoje quando você observa pós 2013, toda manifestação de um lado ou de outro, ela tem um cunho político, ela tem um ingrediente, ela pelo menos esse cunho político busca a ser um acelerador; isso aqui vai ser o que vai impulsionar, que vai ser o estopim; o catalizador.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 17. O PAPEL DAS MANIFESTAÇÕES PARA MOTIVAR MUDANÇA POLÍTICA

PERGUNTA 16
O Senhor acredita que as manifestações populares tem papel importante para motivar mudança política? (x) Sim () Não
RESPOSTA
Com certeza que sim, eu acho que estamos observando na prática isso; A gente está observando que o efeito da insatisfação popular está impulsionando isto, seja na atuação de políticos ou de juízes, de policiais ou da própria população. Ela tem importância nessa mudança política, ela tem um condão e está produzindo isto. Eu acho que não só no Brasil, mas em outros lugares; com a derrubada de ditadores que ficaram anos e anos, ou seja, o pessoal não está aceitando aquele <i>status quo</i> de achar que era tudo permissivo, está havendo essa mudança e eu acho que se ela não tiver o poder de fazer isso, é inócuo, isto é se ela não tiver o condão de produzir mudança política, na vida política como um todo, na vida pública eu acho que é inócuo, mas eu acho que esse é o grande instrumento dela, do maior e melhor resultado palpável disso aí, o termômetro da força. O que acontece se nós fossemos analisar essas mudanças, essas manifestações elas tem sim se mostrado realmente eficazes nessa forma de proposição de mudanças sim.

Fonte: dados da pesquisa

QUADRO 18. QUAL A MANEIRA EFICAZ DE MANIFESTAÇÃO

PERGUNTA 17
Qual a maneira mais eficaz, que o Senhor considera, para ser realizada a manifestação popular para reivindicações dos direitos cerceados?
RESPOSTA
Eu acho o seguinte, toda manifestação, por exemplo, se ela conseguir reunir para que essa tarifa abusiva da passagem que eles fizeram lá atrás, quando as manifestações começaram em 2013, que foi contra a tarifa do transporte coletivo; foram lá os estudantes; tanto é que o pessoal fala que eu reivindiquei por causa de 20 centavos. Mas é o seguinte, eu acho que ela não pode ter o

caráter difuso. A gente viu algumas delas querendo tudo desde intervenção militar, até não sei o quê, para que ela seja eficaz ela tem que passar realmente a mensagem que você quer; não é só um número que reunir 200.000 pessoas, 100.000 pessoas num lugar, que pode estar passando uma mensagem do que a coletividade quer. Eu acho que ela ainda não se dissociou desse impulsionamento político; a população ainda não teve esse caráter de espontaneidade e eficácia sobre aquilo que efetivamente quer. Então hoje ou é impeachment, ou fora Lula ou fora PT, fora não sei o quê; mas eu acho que ainda para que ela tenha eficácia de ser um produto democrático, uma ferramenta da democracia, essas coisas vão começar a vir com mais espontaneidade com mais eficácia; tipo assim, nós estamos vivendo cheio de automóveis, chega de automóveis no centro de Vitória, não queremos mais carros aqui, estou dando um exemplo. Poderia se reunir em cima daquilo ali essa vontade espontânea e ser muito clara essa vontade popular, então acho que ainda está muito novo, esse formato, se a gente pegar 500 anos do Brasil é um pequeno bebê que está nascendo, mas não temos ainda tradições costumeiras como países centenários e milenares como na Europa, na Ásia. Eu acho que a nossa forma de democracia está ainda se consolidando, mas essa questão da eficácia das manifestações com essas mudanças ainda requer mais maturidade de nos reunirmos coletivamente a fim do mesmo propósito. Eu acredito que nós vamos conviver com isso ainda. Então, por exemplo, nossos governantes eles vão ter que trabalhar muito em consonância, parece no meu entender, quando ele assumir o papel, ele vai ter outorga popular, ele vai receber orientação popular do que ele terá de fazer. Hoje a gente recebe muito o que fazem por nós e eles vão outorgar o que nós queremos que eles façam. Isso ainda não está na nossa democracia muito consolidado e acho que a forma mais rápida e sensível para que isso aconteça seja através das manifestações.

Fonte: dados da pesquisa

3.4 Análise e discussões dos dados

Visando melhor organização e entendimento dos atores envolvidos, elucidaremos os aspectos de cada lado do conflito separadamente, tentaremos traçar o perfil da população que saiu às ruas nas manifestações, seus anseios e sua visão sobre o posicionamento do Estado. Em contrapartida tentaremos correlacionar os

preceitos estudados com os discursos dos representantes e as características de Estado nas ações de conflito nos movimentos sociais.

Foi analisada a pesquisa nacional feita pelo IBOPE Inteligência de 20 de junho de 2013, jornais, revistas e periódicos relacionados ao tema e entrevista semiestruturada ao Subsecretário de Integração Institucional da Segurança Pública do Espírito Santo, responsável pelo gerenciamento das ações de Estado empregadas nas manifestações.

3.4.1 Aspectos relacionados ao perfil da população

Investigando as características do perfil da população que vai às ruas se manifestar, detalhamos aspectos relacionados ao gênero, faixa etária, escolaridade, renda e condição de emprego, questões democráticas, e opinião sobre as ações da polícia militar nas manifestações; para tentar correlacioná-los e interpretá-los juntamente aos discursos produzidos em todo o processo.

Quanto ao gênero 50,92% são homens; quanto a idade 43% tem entre 14 e 24 anos, 20% tem entre 25 e 29 anos, 18 % tem entre 30 a 39 anos e 19% tem 40 anos ou mais; quanto a escolaridade 8% iniciou o Colegial, 49% completou o Colegial ou iniciou o Ensino Superior e 43% possuem o Ensino Superior completo. Em relação à renda 15% têm renda familiar até 2 salários mínimos, 30% têm renda familiar acima de 2 até 5 salários mínimos, 26% têm renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos, 23% têm renda familiar acima de 10 salários mínimos e 6% não responderam; em relação à função remunerada 76% trabalham, 24% não trabalham, 52% estudam e 48% não estudam.

Quando se coloca a insatisfação à política vigente, estando 81% pouco satisfeitos ou nada satisfeitos se fazem pertinentes ao discurso de Gohn (2003), na qual coloca que esses movimentos são legítimos por representarem os grandes contingentes populacionais na reivindicação de suas necessidades e seus anseios.

Um dos resultados que percebemos com base no perfil dos manifestantes é a percepção que esse modelo de governo possa atender suas expectativas, 73% entendem a democracia como melhor forma de governo, mais um sinal da ação governamental; contudo são aos atuais políticos desse modelo a quem são atribuídas culpa pelos desgovernos devido à grande insatisfação, já que 83% não se sentem representados por qualquer político.

Podemos observar como a subjetividade da governamentalidade colocada por Foucault (2010) se faz presente nos dois discursos, tanto dos manifestantes ao

concordarem que a PM apenas reage às agressões e que age dentro da legalidade; quanto dos operadores da Segurança Pública (quadros 4, 9 e 14).

Características que Foucault (2008) localiza na passagem do século XVIII para XIX onde já não era mais tão eficaz exercer um poder exclusivamente coercitivo sobre os corpos individualmente, não importava apenas disciplinar as condutas individuais, não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, e sim uma política baseada nos processos de normalização comum, introduzindo assim a biopolítica, que seria a própria gestão da vida do corpo social através das regulamentações dos indivíduos e populações.

3.4.2 Aspectos da visão do estado

Para investigarmos como se define a visão do Estado a respeito dos movimentos sociais, teremos que identificar os discursos mais enraizados de sua organização que sustenta toda a estrutura de governo das pessoas.

Como diz Foucault (2008) é através de um importante arranjo na forma de governar, sobretudo, pelas políticas públicas, que são de fundamental importância ao poder estatal, pelas quais poderiam sanear o corpo da população, expurgando suas mazelas mais internas. Passando a incidir espontaneamente sobre a população, docilizando os corpos e governando suas condutas (Quadro 5 e 6); ora de maneira repressiva, através do poder decorrente da razão de Estado, ora em forma de captura através da razão governamental que opera por meio da subjetividade. Afirmando esses pontos fundamentais na compreensão do pensamento de Estado, podemos associar às respostas das perguntas constantes nos quadros 16, 17 e 18.

Foi justamente nesse ponto que Foucault evidenciou o caráter humanitário e de ajuda que as intervenções políticas visam estimular, motivar, assegurar e administrar o regime e as condições de vida da população, possibilitando o reconhecimento da contrapartida dessa nova obsessão do poder pelo cuidado sobre a vida.

Ainda, tentaremos decodificar as falas dos representantes do Estado, no que tange a segurança pública dentre as preposições conceituais elencadas sob uma ótica crítica e criteriosa para extrair ao máximo suas reflexões sobre a matéria.

Com base no referencial teórico utilizado e os discursos localizados em fontes secundárias como periódicos, revistas e jornais; vimos que o Governo desde a concepção do Estado moderno no pós-absolutismo apropriasse da ideia de que as pessoas tem quem ser governadas e postas em segurança, que precisam que uma instituição detentora de saberes que possibilitem a vida da população.

Jean Bodin e Thomas Hobbes que, juntamente com Maquiavel, constituem a tríade fundadora tanto do conceito de Estado moderno, em particular, quanto do pensamento político moderno em geral. Pois, não seria exagero dizer que dos escritos desses três pensadores saíram as matrizes dos três grandes discursos políticos que dominaram todo o período da história moderna no Ocidente, o discurso do próprio absolutismo, que é o do establishment, e os discursos do individualismo possessivo e do republicanismo clássico ou humanismo cívico, que são de oposição (QUENTIN 1996, p. 621)

Agora, as políticas públicas que eram de fundamental importância ao poder estatal pelas quais poderiam sanear o corpo da população, expurgando suas mazelas mais internas, passaram a incidir sobre a população docilizando os corpos e governando suas condutas ora de maneira repressiva, através do poder soberano decorrente da razão de Estado, ora em forma de captura (Quadro 9) através da razão governamental que opera por meio da subjetividade. Foi justamente nesse ponto que Foucault evidenciou o caráter humanitário e de ajuda que as intervenções políticas visam estimular, motivar, assegurar e administrar o regime e as condições de vida da população, possibilitando o reconhecimento da contrapartida dessa nova obsessão do poder pelo cuidado sobre a vida.

Complementando e corroborando com essa visão do Estado, identificamos os mesmos discursos na entrevista com um dos gestores do governo, como podemos observar nas questões conceituais de política (Quadro 12) e Segurança Pública (Quadro 13).

Com relação à visão do estado sobre os grupos que buscaram fazer com que as manifestações não fossem impedidas, o governo considera como anarquismo e rebeldia os atos de força e violência utilizados *Black Blocs* (Quadro 9). Apesar de achar que os movimentos sociais podem funcionar como uma nova forma na maneira de governar ouvindo e atendendo mais aos anseios da população (Quadro 18).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, ao findar a análise dos questionários de pesquisa e de todas as reflexões propostas pela literatura e discutidas ao longo dos capítulos desta dissertação é possível compreender que Foucault nos expande a pensar com um olhar diferente do que somos programados a olhar e não a enxergar. Ele desmistifica todo aquele pensamento que se arrastava por séculos e nos propõe indagar as mais diversas formas de relação com o outro. A partir daí refinamos o nosso olhar e enxergamos o porquê das ações; que se repetem ciclicamente e a todo o tempo e em todo lugar por meio de redes conectadas em seu mais estreito laço.

Percebemos que de todas as características do perfil das manifestações, existiam pessoas muito heterogêneas, que Deleuze & Guattari (2004) vão classificar baseada nas linhas que todos temos e permeiam o ser humano nos processos de subjetivação.

Segundo Deleuze e Guattari, somos formados por três tipos de linhas: (a) dura, (b) maleável e (c) de fuga. As linhas duras nos compõem através do estabelecimento de dualidades sociais, que nos estratificam, no sentido forte do termo. São as grandes divisões na sociedade: rico ou pobre, trabalhador ou vagabundo, normal ou patológico, homem ou mulher, culto ou inculto, branco ou negro, etc. As linhas maleáveis possibilitam variações, ocasionando desestratificações relativas. E as de fuga representam desestratificações absolutas, no sentido em que rompem totalmente com os limites das estratificações estabelecidas. Para o entendimento desse processo são cruciais as noções de corpo e desejo (CASSIANO, 2013, p.372).

Por essas linhas fazerem partes de um todo nesse processo, programar, controlar ou padronizar ações das pessoas é algo complexo que chocasse com as características normalizantes e docilizadoras empregadas pelo Estado.

Com esses elementos identificamos que o poder não está em algo, institucionalizado ou não, como o Estado, a polícia etc., mas o poder está em tudo e em todas as relações sociais.

Isto à qual eu estou atento, é o fato de que toda relação humana é a um certo grau uma relação de poder. Nós evoluímos num mundo de relações estratégicas perpétuas. Qualquer relação de poder não é má em si mesma, mas isto é um fato que comporta sempre perigos (FOUCAULT, 2001, p.1193).

Importante lembrarmos que Foucault não queria identificar ou definir o poder e sim desmistificar que o poder se encontrava em algo ou alguém. Em continuação a seu trabalho o autor visualizou que as tecnologias de emprego do poder se

elaboravam na medida das necessidades e descontentamento da população. Como as noções de biopoder (poder sobre a morte) e biopolítica (poder em fazer viver). Foi importante localizarmos essas diferenças para acompanharmos essas sofisticações das técnicas, colaborou para entendermos os suplícios, e, por conseguinte as formas repressivas e de punição através da subjetividade, fortalecida pelos saberes.

A partir dessa compreensão podemos enxergar os movimentos sociais de uma maneira mais abrangente, percebendo como os discursos remetem a docilização e governo dos corpos. Por mais que revoluções como a francesa e a industrial emergiam como uma tentativa de interromper a subjugação do proletariado, os governos mantiveram seus princípios protetivos como forma de ludibriar e cancelar a necessidade de Estado.

Passaram a operar pelo princípio da vigilância, punição e aprisionamento como formas coercitivas desse quadriculamento social. Identificamos nessas manifestações de junho de 2013 todos esses ingredientes que para a maioria passa despercebido ou camuflado através da ação midiática corporativa. Que utiliza as estratégias coordenada pela mesma razão de Estado ao preterir e realizar julgamento das ações de forma parcial e manipuladora na maioria dos momentos.

A resposta aos devaneios da mídia e do governo surtiu um efeito bem menor do que o esperado, porém foi grande o passo dado em relação a séculos de opressão, silenciamento das vozes e reafirmação das relações perpetuantes de poder.

Na cidade de Vitória no ES, ambiente desse estudo, percebemos que a forma como opera o Estado na contensão dos manifestantes não é muito diferente das demais localidades do Brasil, o que faz aumentar as tensões no conflito, gerando mais violência de ambos os lados. Em tentativas vãs de mostrar que faz parte do processo, que tem voz, ante as grandes máquinas corporativas, grupos focalizados, entram em rota de colisão a fim de garantir as necessidades do todo. Tentando mostrar um outro lado não visto pela grande massa popular com vídeos e relatos independentes. O que ocasiona retaliações por todos os entes governamentais, inclusive a 'grande' mídia.

Está mais do que claro no discurso Estatal que não há intenção de mudança dos cenários políticos e social, apenas uma repetição das promessas de políticas públicas mais assistencialistas, com o fim no que os governantes almejam, o controle integral, monitoramento constante, registro sanitário com segregação das mazelas, entendido isto como o que não condiz ou que se opõe a conduta dócil e útil.

Por fim, constata-se inúmeros benefícios do presente estudo; pelo seu caráter pouco explorado, pela temática das relações de poder e suas estratégias de

docilização nas manifestações. Ele pode servir de ponto de partida para outros estudos; dos que queiram se aprofundar mais nas nuances dos movimentos sociais, das relações de poder envolvidas e em possibilitar um novo olhar do todo. Faz-se necessário alertar da grande importância em vivenciar os fatos *in loco* e em tempo real, talvez esse tenha sido um dos obstáculos que impossibilitou uma pesquisa de campo mais fidedigna.

Destarte considero de grande importância a busca constante pelo conhecimento, este estudo serviu para demonstrar que a ignorância mantém estático e que o conhecimento é o veículo capaz transportar para outras dimensões.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cobertura sobre o Fórum Social Mundial**. 2009. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/coberturas-tematicas/2009/01/16/cobertura_tematica.2009-01-16.1422323674/view>. Acesso em: 5 maio 2015.

ALONSO, Angela. **As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1534/1125>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2002.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos Meios às Mediações**. Editora UFRJ, RJ. 2003.

BODART, Cristiano das Neves. **O Poder em Michel Foucault**. 2015. Disponível em: < <http://www.cafecomsociologia.com/2014/09/o-poder-em-michael-foucault.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BORTOLOTTI, Plínio. **Desqualificação da política e o risco à democracia**. 2014. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/desqualificacao-da-politica-e-o-risco-a-democracia17211>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. **Lei 10257** de 10 julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CASSIANO, M. & Furlan, R. (2013). **O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise**. Psicologia & Sociedade, 25(2), 372-378.

CLEVER, Harry. **The Zapatista Effect**: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric, 1999.

COSTA, Rosane de Albuquerque. **Disciplina na escola e constituição da subjetividade**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. Limites sociológicos da leitura foucaultiana sobre a escolarização. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 193-207, jan./mar. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DRAIBE, Sônia. A especificidade do Welfare State no Brasil. In: CEPAL - Relatório de Pesquisa. **As políticas sociais na América Latina**: versão preliminar, abril, 1988.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed, São Paulo, Atlas, 1995.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 3, Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

FARJADO, Álvaro Rogério Duboc; BARRETO, Leonardo Nunes; FIGUEIREDO, Sabrina Oliveira de. Programa estado presente: em defesa da vida. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7. Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2015/CONSAD/046_Programa_Estado_Presente.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

FERNANDES, Antônio Teixeira. Conflitualidade e movimentos sociais. **Álise Social**, v. 28, n. 123-124, p. 787-828, 1993. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223_292608S8kUR1qx0Wa77QV4.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2014.

FIGUEIREDO, L C.; SANTI, P. L. R. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Escuta, 2007.

FILHO, Kleber Prado. Sobre o Poder. In Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: UFSC, N.28, p.133-143, outubro de 2000.

FLORENZANO, Modesto. **Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente**. Lua Nova, São Paulo, 71: 11-39, 2007

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2007.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **Estratégia, Poder-Saber: Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAZETAONLINE. **Juiz negocia desocupação da Assembleia Legislativa**. 2013. Disponível em: <
http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/1452968-juiz-negocia-desocupacao-da-assembleia-legislativa--acompanhe.html em >Acesso em 02 nov.2015

GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan./jul. p. 75-91, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/.../12489>>. Acesso em: 2 out. 2015.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1986.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. Subjetividade e Estratégias de Resistência na Prisão. **Psicologia ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 632-645, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320530&search=espirito-santo|vitoria> >Acesso em 03 nov. 2015.

IBOPE Inteligência, Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, 20 jun. 2013: perfil dos manifestantes. Disponível em: < <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/75-dos-brasileiros-sao-favoraveis-as-manifestacoes-publicas/> >Acesso em 06 ago. 2015.

IBOPE Inteligência, Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, 07 dez. 2015 em parceria com a *Worldwide Independent Network of Market Research* (WIN) Disponível em: < <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/apesar-dos-problemas-democracia-e-o-melhor-sistema-de-governo-apontam-brasileiros/> >Acesso em 14 abr. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Pablo Campos. **Biopoder e biopotência na metrópole imperial: a insurreição que vem e sua geo-grafia**. 2015. Disponível em: < http://www.fecilcam.br/anais/ii_se ur b /d ocumentos/leal-pablo-campos.pdf >. Acesso em: 6 nov. 2015.

LERBACH, Brena Costa. **Movimentos Sociais**: Percursos Práticos e Conceituais. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1534/1125>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

LOSEKANN, C. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: Resistir Até o Pedágio Cair! In: Soraia Mendes da Rosa (Org.). **País mudo não muda!** As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da academia. 1ed. Brasília: IDP, 2014, v. 1, p. 26-38.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out., 1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm Acesso em 15/10/2015.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MALINI, Fabio Malini; ANTOUN, Henrique. Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 14, n. 2, p. 68-76, maio/ago. 2012.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARINHO, Ernande Reis. As relações de poder segundo Michel Foucault. **E-Revista Facitec**, v.2, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/7>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MARQUES, Natália. **Movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres**. 2014. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/movimento-feminista-na-luta-pelos-direitos-das-mulheres/118042/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MEDEIROS, Eduardo Cavalcanti de; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **O corpo na obra de Michel Foucault**. 2015. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo_2010/relatorios/ctch/psi/PSI-Eduardo%20Cavalcanti%20de%20Medeiros.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Os Filósofos da Política**: Iluminismo, a Filosofia da Ilustração. Brasília: Senado Federal, 2004.

MISHLER, W. e ROSE, R. 2001. **What Are the Origins of Political Trust?** Testing Institutional and Cultural Theories in Post-communist Societies. *Comparative Political Studies*, 34(1):30-62.

MONTEIRO, Paulo Cezar. Black Bloc: **Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer**. 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/black-bloc-fazemos-o-que-os-outros-nao-tem-coragem-de-fazer/>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. **Sujeito e laço social**: a produção de subjetividade na arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Reclume Dumará, 2005.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault: para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, n. 63, p. 179-201, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

QUENTIN, Skinner. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 621. 1996.

RIBEIRO, M.O. **A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem**. Rev.Esc.Enf.USP., v. 33 , n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

ROSA, Pablo O. Uma Genealogia do Poder nas Ciências Sociais. Revista Científica FASF, **Ponta Grossa**. V. 1, ano 1. dez. 2012.

SAMPAIO, Willian do Nascimento. Reflexões sobre fontes hemerográficas na produção do saber histórico: sugestões para o trabalho historiográfico. **Bilros**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 149-165, jan.-jun. 2014. Disponível em: <seer.uece.br/?journal=bilros&page=articulo&id=1000>. Acesso em: 07 jul. 2015.

SANTOS, Benildes Maria Rodrigues. **Mídia e movimentos sociais: estudo a partir de análise de discurso do jornal o estado de São Paulo sobre o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. Monografia (Especialização). 2010. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/monografias/Benildes%20Mariano%20Rodrigues%20Santos.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

SARTORI, Giovanni. 1962. **“A teoria da representação no Estado Representativo moderno”**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

SILVA, Ailton José da. A ideia de poder em Foucault: o estado e a arte de governar. **Revista Eletrônica Print by**, São João del-Rei/MG, n. 12, p. 19-37, 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/ailton.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

SILVA, Marco Antônio Duarte. **Os black blocs, apenas uma estratégia nas manifestações sociais?** 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14008>. Acesso em: 20 set. 2015

SOUZA, Washington Luis. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 4, 2, 2011, p. 1-2. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/3160/2911>>. Acesso em: 28 out. 2015.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TOURAINÉ, Alain. La production de la société. In: GEOFFREY, Pleyers. **Épistémologie de la sociologie**, Paris, Seuil, 1973. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&pg=PA375&lpg=PA375&dq=touraine,+alain.+cidade+da+editora,+editora,1973.&source=bl&ots=DZAydnJ61R&sig=Mvw6s4wjO9hpqCB06etQ3hTFChk&hl=pt-BR&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwio67e8vofLAhXDgpAKHWInCbQQ6AEIKjAD#v=onepage&q=touraine%2C%20alain.%20cidade%20da%20editora%2C%20editora%2C1973.&f=false>

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. (Entrevista) **A criminalização da pobreza**. Mais Humana, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm> . Acesso em: 18 nov. 2015.